



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 2014 A 2017**

PEDRO HENRIQUE SILVEIRA PESSOA

MARIANA, MG

2018

PEDRO HENRIQUE SILVEIRA PESSOA

**IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 2014 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: André Mourthé de Oliveira

MARIANA, MG
DEECO / ICESA / UFOP 2018

P475i Pessoa, Pedro Henrique Silveira.
Impacto da crise econômica sobre indicadores selecionados do mercado de trabalho brasileiro no período 2014 a 2017 [manuscrito] / Pedro Henrique Silveira Pessoa. - 2019.

64f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthe de Oliveira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Mercado de trabalho - Indicadores - Brasil - Teses. 2. Economia brasileira - Teses. 3. Crises econômica - Indicadores - Teses. I. Oliveira, André Mourthe de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 331.5(81)

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

PEDRO HENRIQUE SILVEIRA PESSOA

Curso de Ciências Econômicas - UFOP

**IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 2014 A 2017**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira


Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino


Profa. Dra. Renata Guimarães Vieira

Mariana, 19 de dezembro de 2018

RESUMO

O presente trabalho busca expor através de dados coletados e pela literatura, como se comportou o mercado de trabalho na recessão brasileira recente (de 2014 a 2017) em relação a indicadores pré-selecionados do mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A realização deste estudo se tornou viável diante da coleta de dados nos sites do governo, os quais foram tabulados e analisados. A partir das informações obtidas, a ideia central foi a de avaliar o impacto da recessão econômica sobre indicadores do mercado de trabalho como ocupação e desocupação, trabalho formal e informal, posição e categoria do emprego, distribuição no grupamento de atividade, renda média real, idade, sexo, cor ou raça e nível de instrução. Em síntese, os dados mostram que o desemprego foi correlacionado ao desempenho econômico. Houve uma queda do emprego formal e um deslocamento para o informal. Os impactos mais expressivos ocorreram com a indústria, os grupos mais jovens e os com menor nível de instrução.

Palavras-Chaves: Mercado de trabalho; Economia Brasileira, Crise, Indicadores.

ABSTRACT

The present work seeks to show, through data collected and, in the literature, how the labor market behaved in the recent Brazilian recession (from 2014 to 2017) in relation to pre-selected labor market indicators of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The accomplishment of this study became viable before the collection of data in the government sites, which were tabulated and analyzed. Based on the information obtained, the central idea was to evaluate the impact of the economic recession on labor market indicators such as occupation and unemployment, formal and informal work, employment status and category, distribution in the activity group, real average income, age, sex, color or race and level of education. In summary, the data show that unemployment was correlated with economic performance, and the worst results of the indicators occurred in 2016. There was a drop in formal employment and a shift to informal employment. The most significant impacts occurred with the industry, the younger groups and the lower level of education.

Keywords: Labor market; Brazilian Economy, Crisis, Indicators.

LISTA DE SIGLAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

BC: Banco Central;

PIA: População em Idade Ativa

PEA: População Economicamente Ativa

PNAD: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Keynesianos x Clássicos.....	14
Figura 2: Resultado fiscal dos estados.....	31
Figura 3: Evolução do PIB por grupo de países e Brasil.....	31
Figura 4: Classificação da população.....	35
Figura 5: Ocupação com e sem carteira assinada – Brasil – 2014/17.....	40
Figura 6: Evolução da taxa de informalidade por classe social.....	41
Figura 7: Rendimento, por escolaridade.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do PIB brasileiro.....	23
Gráfico 2: Série histórica do índice de preço das commodities.....	24
Gráfico 3: Série histórica das exportações e importações.....	25
Gráfico 4: Série histórica do PIB e FBCF.....	26
Gráfico 5: Série histórica da evolução dos preços livres e monitorados.....	28
Gráfico 6: Série histórica do estoque de depósitos.....	29
Gráfico 7: Série histórica do IPCA.....	29
Gráfico 8: Série histórica dos saldos das operações de crédito.....	30
Gráfico 9: Evolução do resultado primário do governo.....	32
Gráfico 10: Evolução da balança comercial brasileira.....	33
Gráfico 11: Evolução da taxa de cambio.....	33
Gráfico 12: Evolução do IPCA.....	34
Gráfico 13: Série histórica da taxa SELIC.....	34
Gráfico 14: Condição da ocupação da força de trabalho.....	37
Gráfico 15: Evolução da taxa de desocupação.....	38
Gráfico 16: Comportamento do Emprego Formal.....	39
Gráfico 17: Distribuição dos ocupados.....	42
Gráfico 18: Distribuição dos ocupados nos grupamentos de atividades.....	44
Gráfico 19: Evolução da renda média.....	44
Gráfico 20: Evolução da renda média por trabalho principal.....	46
Gráfico 21: Rendimento médio real por grupamento de atividade.....	47
Gráfico 22: Distribuição da PIA por idade.....	48

Gráfico 23: Evolução da taxa de desocupação por idade.....	49
Gráfico 24: Variação da ocupação por faixa etária.....	50
Gráfico 25: Evolução da taxa de desocupação por sexo.....	51
Gráfico 26: Evolução do rendimento por sexo.....	52
Gráfico 27: Distrib. do emprego formal por sexo, segundo escolaridade.....	53
Gráfico 28: Distribuição dos setores de atividade por sexo.....	54
Gráfico 29: Média de horas trabalhadas, por sexo.....	55
Gráfico 30: Distribuição média dos desocupados, por cor ou raça.....	56
Gráfico 31: Taxa de desocupação, por cor ou raça.....	56
Gráfico 32: Rendimento médio, por cor ou raça.....	57
Gráfico 33: Distribuição da PIA, por escolaridade.....	58
Gráfico 34: Desocupados, por escolaridade.....	58
Gráfico 35: Taxa de participação, por escolaridade.....	58
Gráfico 36: Evolução da taxa de desocupação por nível de instrução.....	59
Gráfico 37: Rendimento, por escolaridade.....	60

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.BREVE REVISÃO SOBRE CICLOS ECONÔMICOS	13
3.PANORAMA E CONTEXTO DA CRISE BRASILEIRA RECENTE	22
4.IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO.....	35
4.1 Trabalho Formal x Informal	38
4.2 Posição na ocupação e categoria do emprego	41
4.3 Distribuição no grupamento de atividade	42
4.4 Renda média real.....	44
4.5 Distribuição por idade	47
4.6 Desocupação por sexo.....	50
4.7 Cor ou Raça.....	55
4.8 Nível de instrução.....	57
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1. INTRODUÇÃO

Ciclos econômicos são períodos que se repetem periodicamente e que surgem no processo de desenvolvimento de uma economia de mercado. O crescimento ou retração econômica ocorre de acordo com as flutuações periódicas da atividade econômica: uma alternância entre a prosperidade e a recessão nos volumes de produção, investimentos, níveis de renda, preços, desemprego, juros, ou cotização de títulos financeiros refletem no comportamento dos níveis de PIB e emprego do país.

No início dos anos 2000, o Brasil apresentou um desempenho favorável em grande parte devido ao cenário externo com o real desvalorizado, que propiciou uma balança comercial positiva. A partir de meados de 2006 até 2011, houve por parte do governo, maior investimento público em infraestrutura física e social, distribuição de renda e maior acesso a crédito, o que promoveu um maior dinamismo interno em grande parte oriunda de aumento do consumo e maior participação de setores que empregam mão de obra menos qualificada em grande volume, como o de construção civil. No período 2011-2014, a política foi orientada para o setor externo, mas como outros países também apresentavam mau desempenho econômico, foi um período de estagnação. O governo, objetivando aumentar a competitividade, teve como alvo as indústrias e promoveu desonerações para o setor, além de reduzir a taxa de juros, os spreads bancários e monitorar preços de combustíveis e tarifas de energia elétrica. Os estímulos fiscais promovidos pelo governo foram ineficientes para aumentar a demanda agregada. A partir de 2015, houve grandes cortes no investimento público, e somados aos agravantes do setor externo desfavorável, retração do crédito, reajuste de preços administrados (gerando alta inflação) e taxa de juros elevada, desencadearam a crise econômica, que se refletiu no mercado de trabalho, causando o aumento do desemprego.

Pensando na recessão brasileira recente como consequente da condução pública dos gastos, créditos, preços, câmbio e contexto internacional, é de extrema importância correlacionar essas variáveis com a crise brasileira recente e o reflexo no mercado de trabalho, para melhor direcionar as futuras ações do estado na busca da retomada do crescimento com redução da desigualdade.

Portanto, o presente trabalho visa discutir a relação entre desaceleração da economia brasileira e variação dos postos de trabalho nos anos de 2014 a 2017, com o intuito de investigar qual o efeito da retração econômica brasileira no emprego, baseando-se em indicadores selecionados do mercado de trabalho.

Para viabilizá-lo, inicialmente realizamos uma revisão teórica sobre a literatura acerca dos modelos de ciclo econômico e emprego, a partir dos formuladores dos modelos e suas correntes de pensamentos, evidenciando suas variáveis e determinantes a curto, médio e longo prazo. Em seguida, uma descrição histórica da conjuntura macroeconômica interna e o panorama geral da crise brasileira, de forma a explorar a correlação entre as variações do nível de produto e emprego. Posteriormente, uma análise do resultado de indicadores pré-selecionados do mercado de trabalho, retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), objetivando analisar o comportamento dos rendimentos, setores e grupos por atributos, a fim de descobrir quais foram os maiores afetados pela crise e como foi a evolução no período 2014-2017. E por fim uma breve conclusão.

2. BREVE REVISÃO SOBRE CICLOS ECONÔMICOS

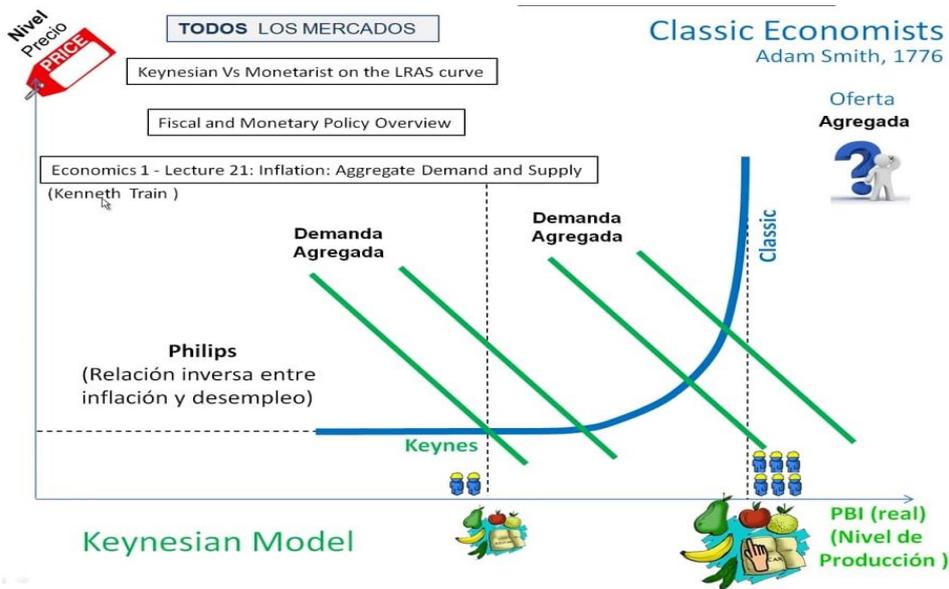
Os ciclos econômicos se diferem das flutuações por serem análises de períodos mais longos das atividades na economia, e as flutuações ocorrem comumente todos os anos, podendo ser tanto por causas de aumento ou redução de oferta de produtos de base ou agropecuários, ou causas sazonais, como por exemplo, a elevação do consumo de fim de ano, natal ou outras datas comemorativas. O foco desse estudo é o ciclo econômico brasileiro recente (2014 a 2017) conforme datado pelo CODACE (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – IBRE; FGV).

Os ciclos econômicos analisados pelo modelo Neoclássico ou de longo prazo, consideram os preços dos bens flexíveis, o mercado sem imperfeições e o produto é determinado por circunstâncias da oferta, que são condicionados pelo estoque dos fatores de produção e a tecnologia, onde o produto sempre se mantém em seu nível potencial. Variações na demanda só alteram o nível de preços, sem afetar a quantidade produzida, o que torna a oferta agregada vertical, insensível ao nível de preços.

Na abordagem Keynesiana, a Demanda Agregada é quem determina o produto. A variação no investimento é resultante da expectativa dos empresários com relação ao futuro e a eficiência marginal do capital (taxa que mede a taxa de retorno esperada do capital em relação às oportunidades de investimento, analisando o valor presente dos rendimentos (líquidos) esperados) como principal causa das alterações na demanda agregada e na renda. Com a hipótese de salários rígidos, uma variação na demanda, além de influir sobre os preços, afeta o produto.

Como podemos ver na imagem abaixo, considerando a Curva de Philips como uma relação entre inflação e desemprego, ela corresponde à curva de oferta agregada, e quando há um deslocamento na curva de demanda agregada, em ambos modelos, ocorrerá uma variação do produto no mesmo sentido, porém, no modelo keynesiano, não haverá uma oscilação no nível de preços, e no modelo clássico ocorrerá.

Figura 1: Keynesianos x Clássicos



Fonte: Extraído de Francisco Ibanez em Youtube, 2015.

O Ciclo dos Estoques explicita como a economia alcança seu novo nível da renda de equilíbrio a partir de uma variação nos gastos autônomos. No modelo com o Multiplicador, uma alteração dos gastos autônomos leva a uma variação na renda igual à variação inicial da renda vezes o Multiplicador, ou seja, uma variação no Investimento leva à uma variação no produto igual a variação do Investimento vezes o coeficiente do Multiplicador de Gastos. O efeito do Multiplicador promove a passagem de um nível de renda para outro, sem desenvolver ciclo nesse processo.

Uma variação na Demanda Agregada tem efeito direto sobre os estoques e a produção na economia, onde a variação de estoques causa interferência na decisão de produção das empresas, baseada na demanda e políticas de estoque de cada firma. Quando há uma elevação na demanda agregada, aumenta-se a produção e reduz-se os estoques. E quando há uma redução na Demanda Agregada, a produção se contrai e o estoque aumenta, ocorrendo de maneira cíclica e não direta. Nessa abordagem, o produto no modelo é representado pela soma e se deriva de: Consumo (como uma função de vendas esperadas), Investimento (dependente de expectativas) e a variação de estoques.

Como forma de facilitar o modelo, considera-se que os empresários esperam que o consumo no presente $C(t)$ seja igual ao consumo no período passado $C(t-1)$:

$$C(t) = cY(t-1) / C(t) = C(t-1)$$

E a variação de estoque em um período é dada por:

Variação do estoque em $(t-1) = cY(t-1) - cY(t-2)$, ou seja, a diferença do consumo entre os períodos anteriores.

Uma vez ocorrida uma variação inesperada no nível de renda e no consumo, as empresas que desejam manter certo nível de estoques irão produzir mais para atender tanto a demanda como para repor estoques. Assim:

$$Y = C + I + \text{variação estoque}$$

$$Y = cY(t-1) + (cY(t-1) - cY(t-2)) + I$$

$$Y = 2cY(t-1) - cY(t-2) + I$$

Percebe-se pela expressão anterior que a economia só estará na posição de equilíbrio quando $Y(t-1) = Y(t-2)$, de modo que a variação de estoques seja zero. Como uma variação inesperada da demanda leva à mudança no nível de estoques, isso determina um caráter cíclico de aproximação à nova renda de equilíbrio. (LOPES E VASCONCELOS, 2008, p. 323)

Outra abordagem do comportamento cíclico pela Teoria Keynesiana é explicada pelo modelo multiplicador-acelerador, onde o Investimento (I) é resultado da variação da produção desenrolada no período antecessor, tido na forma:

$$I = I(\text{autônomo}) + d \text{Variação } (t-1) / I = I(\text{autônomo}) + d(Y(t-1) - Y(t-2))$$

Onde o investimento decorre de um componente autônomo e do comportamento da renda (Y) no período passado.

Considerando o consumo como função da renda defasada do período passado:

$$C = cY(t-1)$$

Sendo $Y = C + I$:

$$Y = cY(t-1) + I(\text{autônomo}) + d(Y(t-1) - Y(t-2))$$

$$Y = (c + d)Y(t-1) + I(\text{autônomo}) - dY(t-2)$$

Outro caráter cíclico do ajustamento, fica explícito a partir da observação no modelo em que um aumento no investimento autônomo eleva o produto em relação ao período anterior, e dá sequência a crescimentos extras do Investimento, onde esses impactos adicionais só irão reduzir a partir de variações na renda, e o equilíbrio ocorrerá quando $Y(t-1) = Y(t-2)$.

A perspectiva Keynesiana acerca de flutuações econômicas sustenta-se na variação dos investimentos como consequente da expectativa dos empresários, de modo que uma queda na eficiência marginal do capital leva a um recuo do investimento autônomo, e o volume de investimento se contrai não importando a taxa de juros, indicando que variações nas decisões de gasto autônomo se refletem em flutuações na economia.

A proposta de Keynes para compensar essa fonte de oscilação, onde as flutuações econômicas são geradas por perturbações que afetam o gasto autônomo, era o Estado com o papel de mediador da demanda agregada, operando com políticas fiscais e monetárias como uma maneira de manter o produto estável em um alto nível de emprego, o que traz muitas críticas a respeito, pois clássicos e liberais trazem a intervenção do governo como causador de instabilidade.

As novas teorias para explicar ciclos econômicos partem das hipóteses do modelo Neoclássico, e incorporam as flutuações como decorrência de informações imperfeitas entre os agentes. Friedman discorre que um impacto imediato de uma política monetária expansionista se dá sobre produção e emprego, de forma que os agentes esperando nível de preço estável fixam preços e salários com base nessa expectativa, logo, inicialmente produzirão mais e trabalharão mais. Um aumento do estoque de moeda na economia desloca a demanda agregada para cima, o que eleva os preços, movimento não esperado pelos agentes, que creem que a elevação é dos preços relativos e não do nível geral. Ocorre uma ampliação da oferta e os trabalhadores oferecem maior quantidade de trabalho, crendo que a elevação de salário nominal é uma elevação de salário real, sem considerar as perdas com o aumento nos preços, então, como o salário real está reduzindo, as empresas contratam mais e aumentam a produção.

A ideia de Friedman das flutuações econômicas advindas de informações incompletas foi formalizada por Lucas, considerando as expectativas racionais, fundamentando que um choque de demanda resulta em uma elevação da oferta.

Temos a oferta de Lucas:

$$Y = Y_p + \text{Var.}(P - P_e)$$

No modelo, as flutuações econômicas decorrem do desvio do preço efetivo (P) em relação ao esperado (P_e), de modo que quanto maior esse desvio, maior o resultado no produto (Y). Nas expectativas racionais tem-se que a produção somente é afetada por variações imprevistas na oferta de moeda, e não nas previstas. Em consequência, surge outra crítica e afirmação das ações do governo serem mais instabilizadoras que estabilizadoras.

Na literatura dos Ciclos Reais de Negócios, evidencia-se a importância dos choques tecnológicos como as principais perturbações que estão expostas as economias, na qual se propagam em mercados concorrenciais e os preços no modelo são perfeitamente flexíveis de forma a estabilizar a economia sempre em nível de pleno emprego. Um choque tecnológico amplia a produtividade e aumenta a demanda de mão de obra. Já a oferta é formada a partir da existência da substituição intertemporal de mão de obra, onde os trabalhadores escolhem o momento para ofertarem trabalho. Um aumento do salário real, pela ampliação da demanda, conseqüentemente eleva a oferta de trabalho, o que propicia um aumento da produção. O choque tecnológico, ao elevar o produto marginal do capital (contribuição adicional do capital no produto), aumenta o investimento e eleva o estoque de capital na economia. Uma variação na dotação de fatores na economia conduz a tendência de oscilação do produto, o que explica a conservação de índices mais elevados de produção ao longo do tempo.

As expansões econômicas são decorrentes das inovações tecnológicas, estas que inclusive geram gastos para adaptação às novas tecnologias e representam um estímulo à economia, considerando então a inovação como fundamento central do desenvolvimento econômico.

Passada a demanda inovativa, a demanda se contrai. Cabe ressaltar, no entanto, que para a Teoria dos Ciclos Reais e considerando a hipótese do modelo

clássico, a economia se mantém em pleno emprego. Por outro lado, choques tecnológicos negativos (ex.: legislação ambiental, problemas ambientais e barreiras tarifárias) diminuem a produtividade total dos fatores e reduzem o produto potencial.

Para completar a análise da Teoria dos Ciclos Reais, o modelo IS-LM foi conceituado presumindo expectativa inflacionária igual a zero, de forma que não é necessário distinguir a taxa de juros entre nominal e real.

Conforme estamos considerando o Modelo Clássico, em que os preços são totalmente flexíveis, o nível de produto (Y) perpetuará em seu nível potencial, oscilando de acordo com a variação da dotação de fatores capital (K) e trabalho (N) na economia.

$$Y = F(K, N)$$

Incorporado ao modelo considerando-se as oscilações no nível de preços, os saldos reais determinam a posição da LM, e o ponto de encontro da IS e LM define o nível de renda do pleno emprego. Se as curvas IS e LM interceptarem abaixo do pleno emprego, os preços encolherão, elevando o volume dos saldos reais, conduzindo a LM para baixo até o ponto em que as curvas se interceptem no nível de pleno emprego, onde equilibram os preços. Definida a posição da curva IS, com a disposição conforme a política fiscal e dada a renda potencial, estabelece-se o nível da taxa de juros na economia, considerando-se neste modelo, a oferta monetária desprezível para determinação da taxa de juros.

Supondo a dotação de fatores capital e trabalho constantes, chegamos à conclusão do modelo que dados os preços flexíveis, a economia se perpetuará em equilíbrio de pleno emprego, onde as variáveis reais não são afetadas pelas variáveis monetárias.

Então, uma variação na taxa de juros afeta a oferta de trabalho, o que causa uma variação na oferta agregada, todas na mesma direção. E por outro lado, variações na demanda agregadas podem ser provocadas por instrumentos de política fiscal, que oscilam o produto devido à variação na taxa de juros.

No caso dos choques tecnológicos, há um deslocamento da oferta agregada resultante do aumento de produtividade, e da demanda agregada devido ao aumento da taxa de juros em reflexo ao choque. O nível de preço pode se elevar caso o

deslocamento da demanda seja maior que o da oferta, ou reduzir caso o deslocamento da oferta seja maior que o da demanda. Se manterá estagnado caso os deslocamentos sejam proporcionais.

Um aumento do produto eleva a demanda por moeda, e mantida a oferta de moeda, considerando-se que a demanda agregada também sofre variação, o nível de preços pode não se retrair relevantemente ou até se elevar (diminuindo a oferta de moeda). Com a elevação da renda, para equilibrar o mercado monetário torna-se necessário uma elevação da taxa de juros, a qual eleva a oferta de trabalho, que juntamente ao aumento da produtividade, ajuda a explicar o aumento do produto.

Os Novos Keynesianos, na busca de bases microeconômicas para explicar as imperfeições no mercado e a rigidez de preço, trazem as seguintes razões: como há existência de contrato de trabalho, esse seria um empecilho na convergência dos salários para equilibrar o mercado de trabalho. A determinação sindical de salários cria barreiras na redução de salários para aumentar o emprego. Os contratos implícitos afirmam o valor do salário real dos trabalhadores e empresas, sustentando o risco das flutuações do salário real. Os salários eficiência, usados pelas empresas para obter maior produtividade de seus trabalhadores, também causam rigidez salarial, e quanto maior o salário, maior o risco do trabalhador ou custo de oportunidade caso seja despedido. O custo de *menu* faz com que uma variação nos preços gere despesas para as empresas com remarcação dos preços dos produtos ou repassamento da informação de alteração dos preços ao consumidor, o que faz as empresas manterem os preços, mesmo em excesso de demanda.

Os principais resultados que trazem esses fatores que causam rigidez de preços e salários são que variações da demanda impactarão principalmente produto e emprego. Em um cenário de redução da demanda, o ajuste é feito de forma a aumentar o desemprego, e não de reduzir os preços. A rigidez dos preços deriva de problemas de coordenação entre os agentes, que não conseguem arranjar suas ações focando na redução dos preços e acabam causando recessões. A política econômica varia de acordo com a intenção e capacidade do governo de interceder nas flutuações econômicas. A Teoria Keynesiana sustenta a ideia de que a intervenção do governo é essencial, e os clássicos dizem que o governo desestabiliza mais do que corrige erros.

As dificuldades do governo em evitar flutuações econômicas derivadas de choques econômicos, são causadas pelas defasagens de políticas externa e interna existentes. A interna deriva do espaço de tempo entre o acontecimento do choque e a resposta política do governo, ou seja, o tempo de reconhecimento se é um choque temporário ou permanente, e a execução da política econômica. A dificuldade da defasagem externa origina do intervalo de tempo entre a implantação da política até o início dos efeitos sobre o desempenho econômico. O problema é que nessa demora de tempo as condições da economia já podem ser outras e assim as ações mais desestabilizarem que estabilizarem. Os instrumentos de política fiscal possuem defasagem interna maior que impactam diretamente na demanda, e as ferramentas de política monetária possuem defasagem externa maior, atuando indiretamente, o que torna necessário mais tempo para atingir o objetivo. Com alguns instrumentos como: alíquotas progressivas de imposto, em que a arrecadação se expande quando a economia está aquecida (freio natural) e vice-versa, variação dos gastos assistenciais conforme o período econômico (aumentando na recessão e reduzindo na expansão), entre outros, torna-se possível reduzir as defasagens da política econômica.

Levando em conta as defasagens, o êxito da política econômica decorre da habilidade dos gestores de antecipar as condições econômicas e agir no momento presente de forma a diagnosticar os ciclos econômicos. Podem ser utilizados instrumentos como indicadores antecedentes e formulação de cenário econômico como forma de reduzir as incertezas. Os indicadores antecedentes, envolvem a escolha de elementos que constituam indicadores econômicos com o intuito de servir como base de dados para previsão e análise, objetivando antecipar o comportamento econômico, podendo ser dados de comércio, desemprego, consumo de produtos de construção civil, comportamento do mercado de ativos, entre outros. A elaboração de cenários econômicos é uma técnica que constrói um modelo econômico com as variáveis endógenas e exógenas pré-selecionadas, estima o comportamento e correlação das variáveis escolhidas, e identifica os problemas e conduta dos agentes.

“Percebe-se que por qualquer método que se privilegie, inúmeras dificuldades se colocam para a previsão do futuro. Segundo vários autores, os economistas estão muito mal preparados para a tarefa, mesmo que sejam os mais qualificados para tal. Assim como o governo, no objetivo de formular a política econômica, está interessado no futuro, os agentes econômicos também buscam estas informações para definirem sua melhor estratégia, e esta ação do setor privado pode alterar completamente o resultado. Dadas

as dificuldades colocadas, vários autores defendem que o melhor para o governo é não fazer nada.” (LOPES E VASCONCELOS,2008, p. 321)

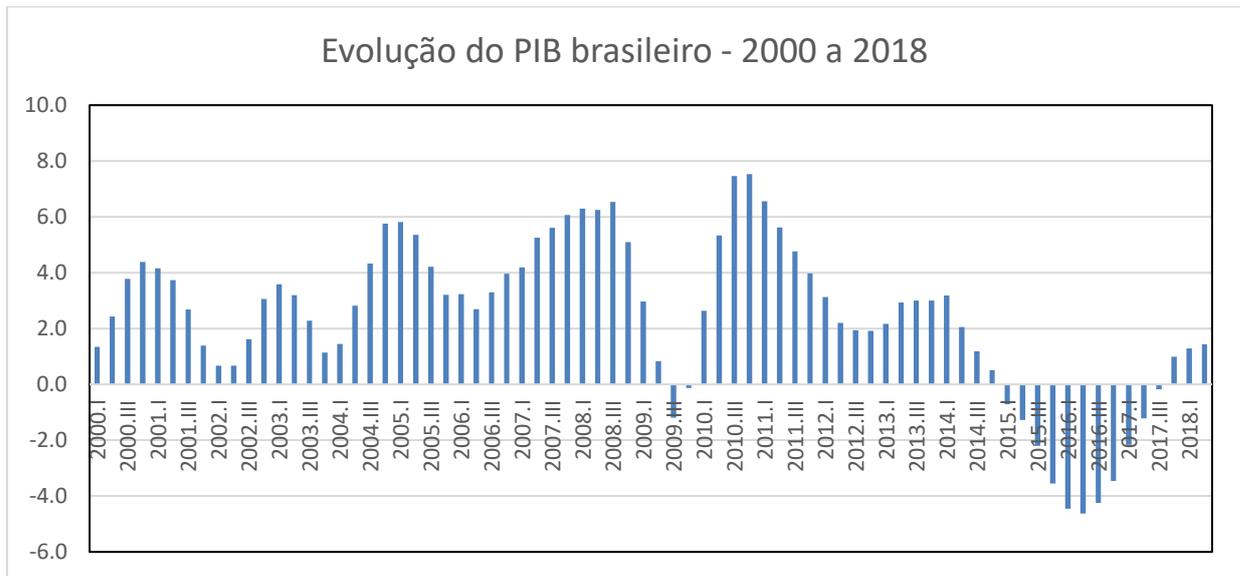
A crítica de Lucas faz uma análise quanto ao comportamento dos agentes em resposta às políticas econômicas do governo, pois as expectativas tem papel essencial na oscilação das variáveis econômicas e o conflito que se expõe é de que as próprias políticas influem nas expectativas dos agentes, o que torna necessário levar em conta os efeitos das expectativas no momento de decisão das políticas. Dado que muitas vezes os formuladores de políticas não avaliam o impacto das expectativas, podem ocorrer resultados opostos ao esperado, o que reafirma a ideia de que pode ser mais prudente o governo não interferir. Há também a discussão de como devem ser guiadas as políticas, passivamente ou ativamente, se baseadas em modelos e regras predefinidas ou pontuais frente a cada situação. Quando o governo opta por seguir regras, sinaliza aos agentes que caso ocorra um fato, as medidas a serem tomadas já estão explicitamente determinadas, podendo ser ativas com regras, por exemplo, entre oferta de moeda e desemprego. Se o desemprego elevar, haveria um aumento na oferta de moeda e vice-versa, ou passiva e deixar claro a não intervenção estatal. Na condução discricionária, o grau e necessidade de intervenção das políticas econômicas são julgados caso a caso, de acordo com a ocorrência dos eventos. A crítica à discricionariedade, inicialmente diz respeito ao problema da arbitrariedade. Primeiramente, com incompetência e a questão do oportunismo, em que os políticos se aproveitam do poder para atender interesses não do Estado, mas financeiros, pessoais e outros (como forma de pagar dívidas de campanha, se manterem no poder e interesses partidários). Outro problema é o da Inconsistência, pois é dubitável o incentivo do governo em manter políticas anunciadas, principalmente após os agentes alcançarem os objetivos e pelas expectativas dos agentes afetarem as variáveis.

3. PANORAMA E CONTEXTO DA CRISE BRASILEIRA RECENTE

O Brasil, que vinha em um período de expansão da economia de 2004 a 2013, com uma taxa média de variação do PIB entorno de 4% ao ano, aliado a políticas de distribuição de renda e redução da pobreza, sofreu uma forte ruptura em meados de 2014. Entre os fatores principais, estão o desaquecimento da China e Estados Unidos, zona do euro em contínua crise, redução no consumo interno das famílias (principalmente por restrição de crédito e endividamento), aumento da taxa de juros, queda nos setores da indústria e serviços, além de redução nos investimentos e erros de condução macroeconômica, que somados e contínuos refletiram nos anos de 2015 e 2016, gerando uma pesada e contínua recessão e a piora de vários indicadores sociais.

O cenário de aumento da inflação, rebaixamento da qualificação para investimentos no país, desvalorização cambial e crise fiscal criam restrições à implementação de políticas econômicas, pois levam à menor disponibilidade de recursos pelo governo, devido, ao baixo investimento e resultado das empresas, desemprego crescente e incapacidade de caixa para fazer novos gastos e investimentos. Há uma discrepância no entendimento das razões causadoras da crise, se foram motivadas pelas políticas intervencionistas recentes ou resultantes das políticas contracionistas nos anos de 2015 e 2016.

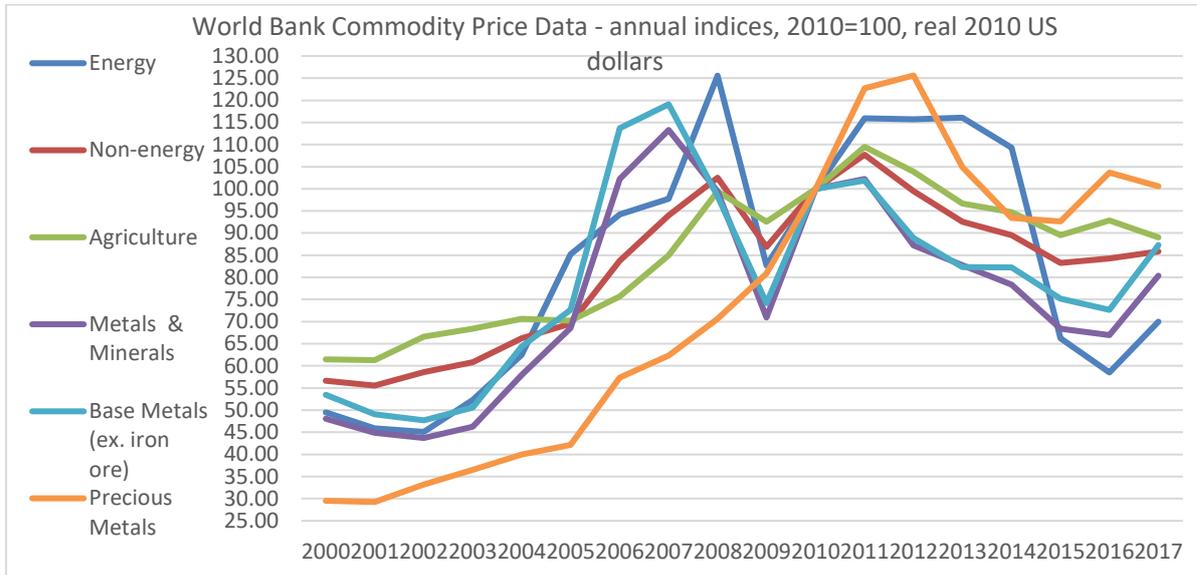
O padrão de crescimento da economia brasileira historicamente não segue um fluxo contínuo, como pode ser observado no gráfico abaixo. Esse padrão de oscilação se refletiu nos anos 2000, em que no período apresentou um crescimento médio de 4,3%, iniciado por uma desaceleração entre 2001 e 2003 e retomada de crescimento entre 2004 e 2008 com uma taxa média anual de 4,8%. Devido à crise de 2008, em 2009 houve uma recessão no PIB brasileiro, posteriormente grande crescimento de 7,6% em 2010, nos próximos anos 2011 a 2014, uma desaceleração com taxa média de 2,4% a.a., e em 2015 e 2016, a economia entrou em uma forte e contínua recessão, puxado principalmente pelo setor industrial, decorrendo em uma média de crescimento negativo do PIB de aproximadamente -3,8% em 2015, -3,6% em 2016 e 1% em 2017.

Gráfico 1: Evolução do PIB brasileiro

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

No início dos anos 2000 (período de governo Lula), as políticas fiscal e monetária estavam orientadas na continuidade do tripé macroeconômico, composto pelo regime de metas de inflação, superávit primário e regime de câmbio flutuante. A estabilidade do Real e redução da dívida externa juntamente a outros fatores, como a expansão de programas sociais como o Bolsa Família, políticas de valorização do salário mínimo (que chegou a triplicar no início dos anos 2000) e expansão do crédito para pessoas física e jurídica promoveram um maior bem-estar social com o aumento do consumo e redução da desigualdade.

A partir de 2004, um dos principais fatores para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que tem como importante fonte de renda a exportação de commodities, foi o favorável cenário externo, pois como pode ser observado no gráfico de variação de preço das commodities, elevou-se internacionalmente a demanda e os preços desses insumos, que devido em grande parte à China, ajudaram a alavancar o faturamento dos países exportadores de produtos primários. Além dessa alavancagem da demanda externa, o aumento da demanda doméstica decorrente desse aumento e estímulo ao crédito bancário culminaram na elevação da renda real das famílias.

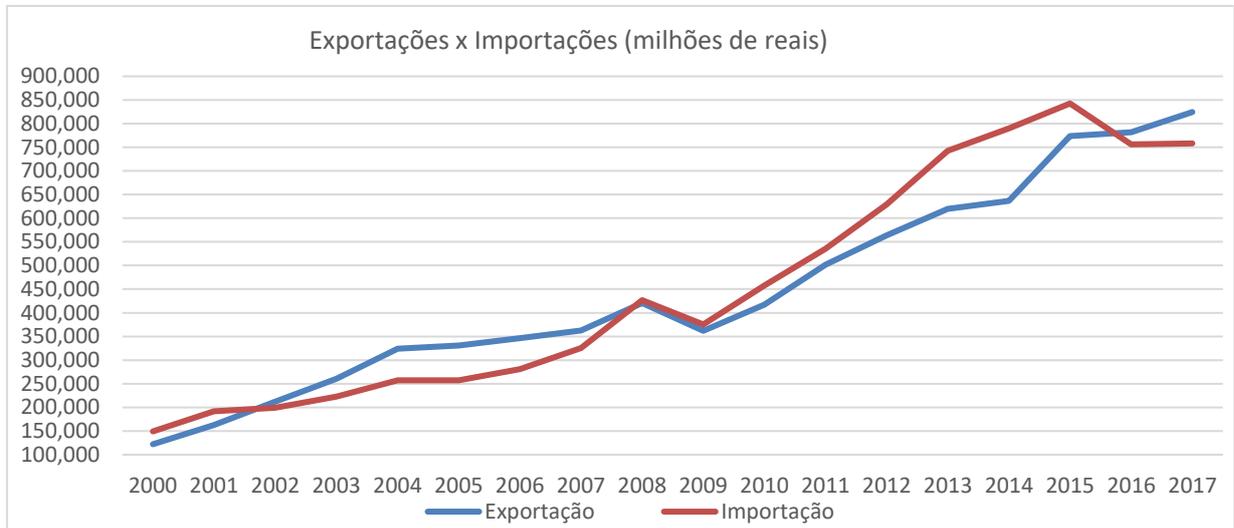
Gráfico 2: Série histórica do índice de preços das commodities em dólares

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial, 2018.

Com o aumento da entrada de capitais externos pelas exportações, e o superávit da balança comercial, o real apreciou e a redução dos preços dos bens importados ajudaram nas políticas de controle da inflação. No período 2002-2007, o setor público passou de devedor líquido de 57,8 bilhões de dólares para credor líquido de 95,9 bilhões, além de ampliar as reservas no Banco Central, o que aumentou o espaço para condução de políticas cambiais.

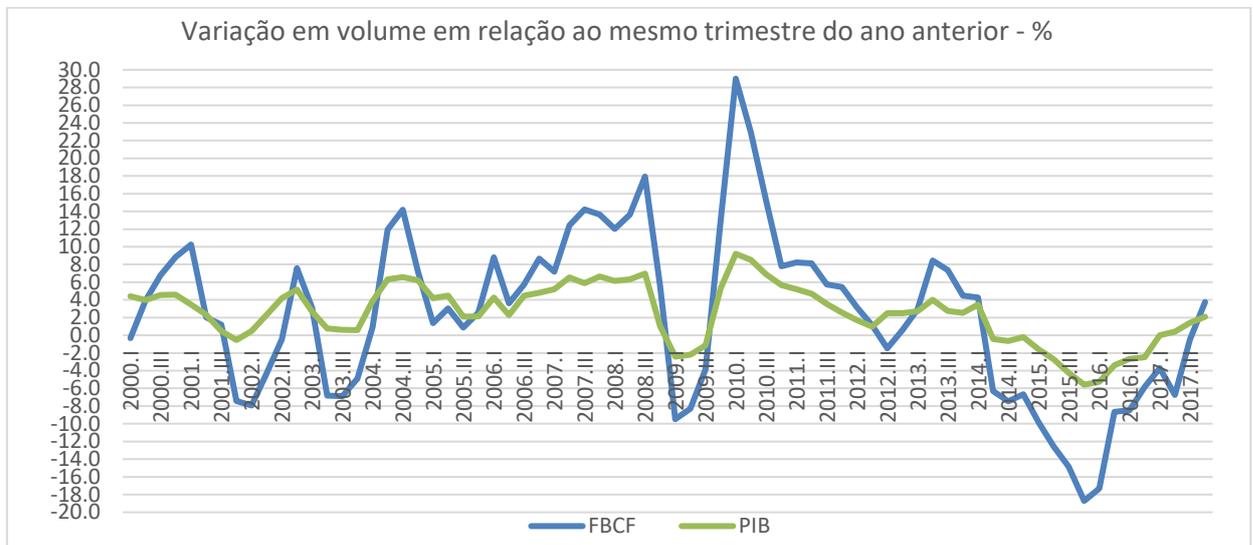
A crise de 2008 foi a causadora de grandes implicações no PIB de 2009, que teve como efeitos a fuga de capitais investidos na bolsa, redução da oferta de crédito externo, elevação do envio de lucros e dividendos pelas multinacionais e estagnação da liquidez interbancária, elementos que foram amenizados pelo governo brasileiro com a sustentação à liquidez bancária e crédito para exportações.

Porém, a partir da crise de 2008, os preços das commodities começaram a estabilizar e a demanda externa reduzir, o que representou um grande impacto para a balança comercial brasileira. A balança comercial que vinha sendo favorável desde meados de 2000, como pode ser observada no gráfico abaixo, a partir de 2008 entra em déficit contínuo até 2016.

Gráfico 3: Série histórica das exportações e importações brasileiras – 2000/17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

O Bacen interveio no mercado de câmbio ofertando dólares. Houve aumento do crédito público, reduções de impostos para produtos industrializados, como automóveis e eletrodomésticos, aumento do período de pagamento do seguro desemprego e outras formas populares de estímulo ao crédito para produção como a criação do programa Minha Casa Minha Vida. Essas medidas levaram à uma menor influência da crise mundial no Brasil, o que ajudou na recuperação econômica a partir de 2009, sustentado pelo aumento do consumo e da formação bruta de capital fixo (setores como o de construção civil) que elevaram os investimentos com a retomada da confiança dos agentes e elevação do nível de uso da capacidade instalada da indústria, aliado à ampliação das exportações, embora a níveis abaixo do período anterior.

Gráfico 4: Série histórica do PIB e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – Brasil – 2000/17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Nesse contexto de recuperação rápida da economia brasileira, houve uma crescente alocação de capital em países emergentes em 2009 e aumento da demanda por reais, o que valorizou a moeda. Foi determinado um Imposto sobre Operações Fiscais (IOF) de 2% sobre entradas externas de aplicações de renda fixa, que sozinho se mostrou ineficaz sobre o controle de capitais, dada a alta taxa de juros interna e abundância de moeda estrangeira provocada por políticas monetárias expansionistas dos países avançados. A partir do final de 2010, o governo implementou políticas econômicas contracionistas de forma a reduzir a demanda agregada e conter a inflação, preocupado também com a crescente expansão da oferta de crédito, elevou a taxa de juros e o nível do superávit primário da meta fiscal.

Em meados de 2011, houve uma contínua deterioração do cenário internacional, reflexo da crise do Euro, lenta recuperação dos EUA e diminuição do ritmo econômico dos países emergentes, com a queda da taxa de crescimento médio da economia mundial de 5,1% no ano de 2010 para 3,8% em 2011, 3,3% em 2012 e 2013, e 3,1% em 2014. Foram feitos ajustes na política monetária com a redução dos juros, uma diminuição da taxa Selic de 12,5% em julho de 2011 para 7,5% em agosto de 2012, além de uma desvalorização cambial de 25% de 2011 para 2012.

Com o resultado fiscal primário brasileiro positivo em 2011, foi possível a implementação de programas de estímulo ao setor industrial, que apresentava

desvantagem competitiva ao setor externo, embora vantagem do câmbio apreciado (cerca de R\$1,60) que barateava as matérias primas importadas, chegava ao mercado com desvantagem concorrencial no preço pela intensa competição externa. O Governo Federal lançou na metade do ano o Programa Brasil Maior visando aumentar a competitividade do setor industrial, e foi no ano seguinte expandido a outros setores, baseando-se em políticas de redução tributária. Reduziu-se custos para os produtores com medidas de desoneração na folha de pagamentos para empregadores de alto volume de mão de obra, descontos nos impostos em aquisições que levariam ao aumento da formação bruta de capital fixo, redução na carga tributária, postergação do recolhimento e redução das alíquotas do IOF em crédito para pessoa física.

Como medidas para que a expansão do crédito não descontrolasse e forma de conter o IPCA, inicialmente o governo reduziu impostos e desonerações. Em seguida, deferiu obrigatoriedade de a estatal Petrobrás vender gasolina por preço abaixo do importado e a isentou da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel, congelando o preço dos combustíveis, bens dos que mais interferem no IPCA, o que ocasionou prejuízos bilionários para as usinas e o governo com esse monitoramento de preços. Também interviu no sistema elétrico revogando os contratos das empresas energéticas objetivando fazer contratos novos com tarifas menores para apresentar uma inflação menor.

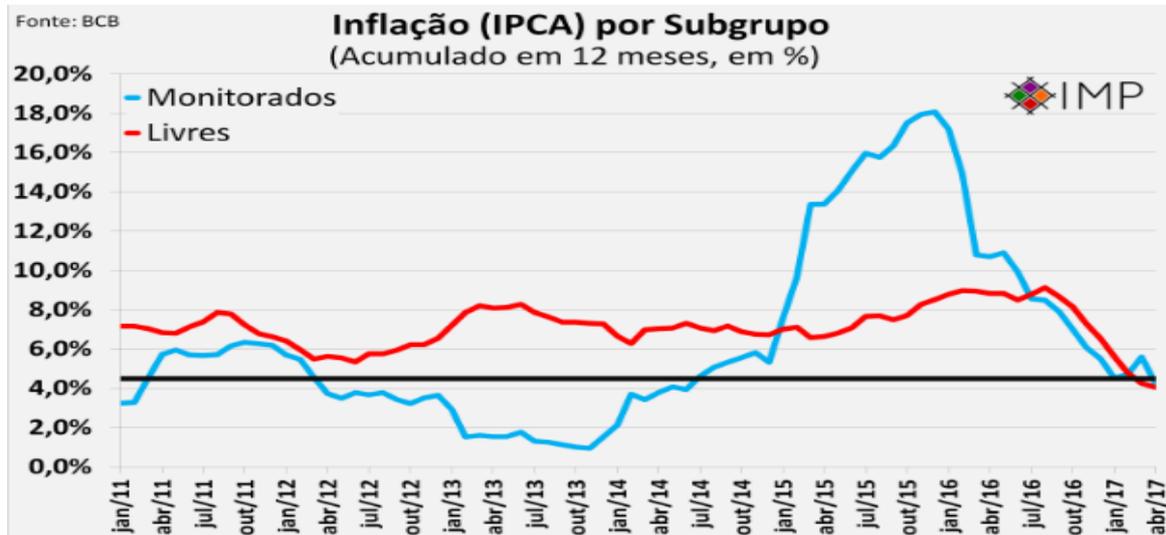
Renda e emprego aumentando ajudaram o governo ganhar popularidade, porém, esse congelamento artificial não pôde ser mantido, e após a reeleição de Dilma, o governo teve de fazer ajustes. Um deles foi aumentar impostos que haviam reduzido, pois estavam apresentando déficits seguidos. Distribuidoras ficaram insolventes já que compravam energia com preços altos (mercado de curto prazo) e vendiam com preços congelados pelo governo.

De 2013 para 2014, as desonerações fiscais se refletiram em deterioração fiscal, dobrando o déficit nominal, causado pela queda nas receitas e efeito dos juros sobre a dívida pública. No período, o Banco Central elevou a taxa de juros constantemente objetivando conter a inflação.

Houve elevação do crédito e regulação de preços, de modo que a variação do preço de bens controlados pelo governo, como pode ser observado no gráfico abaixo,

a partir de 2015 tiveram um grande aumento, além da desvalorização cambial que pressionou ainda mais o nível de preço.

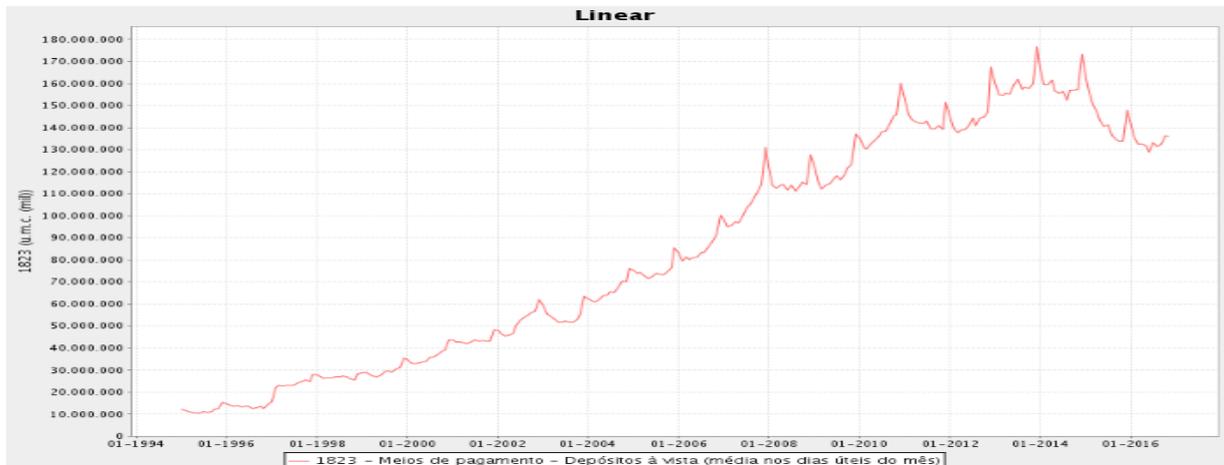
Gráfico 5: Série histórica da evolução dos preços livres e monitorados – Brasil – 2011/16



Fonte: <http://mercadopopular.org/2017/07/o-canto-da-sereia-e-regra-de-taylor-ou-por-que-o-banco-central-deve-ser-independente/>, 2018.

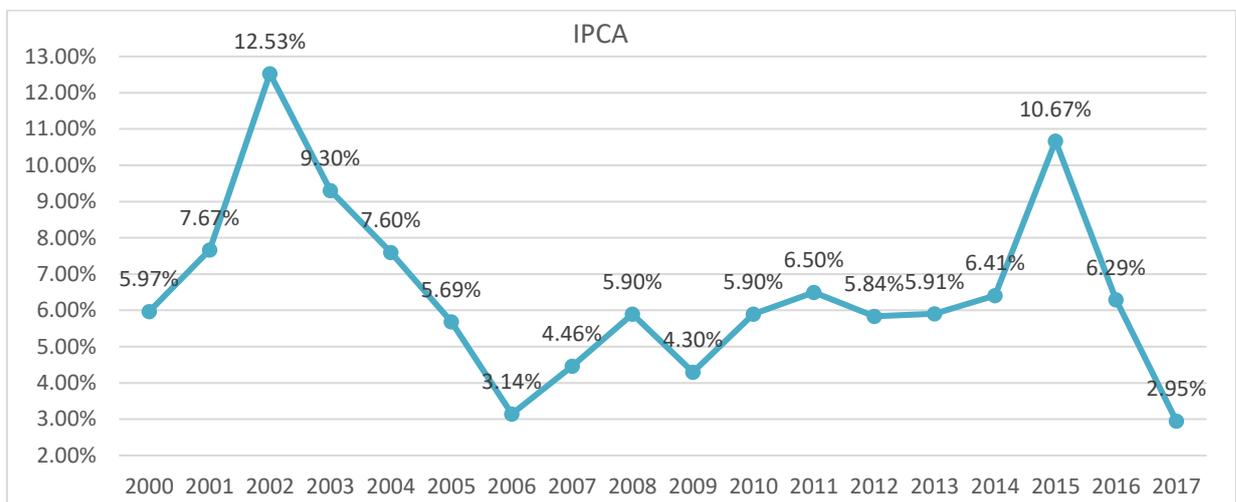
A combinação de congelamento dos preços pelo governo com uma contínua expansão do crédito público, propiciou uma inflação artificial (só em preços livres), que somado a um Banco Central sem credibilidade, levaram a um grande desajuste na economia, pois com a demanda e custos crescentes, porém com preços manipulados pelo governo, quando ocorreram os ajustes nos preços dos bens monitorados, o BC teve de elevar extremamente a taxa de juros, um esforço sem êxito de segurar o nível de preços e que moveu os agentes para o mercado de renda fixa, reduzindo o volume de dinheiro líquido na economia com contínua inflação, chegando à uma taxa de 10,67% no ano de 2015.

Com SELIC alta, os agentes retiraram dinheiro da conta corrente e moveram da liquidez para aplicações financeiras seguras como fundos de renda fixa, o que resultou em queda absurda no valor líquido em contas bancárias no mercado, motivado pela inflação alta e taxa de juros elevada, o que faz com que tenha menos dinheiro disponível para usos como a compra de capital físico, contratação de trabalhadores, investimento, consumo e salários.

Gráfico 6: Série histórica do estoque de depósitos – Brasil – 1994/2016

Fonte: <https://mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2694>, 2017.

Enquanto o IPCA estava perto de 11 % em 2015, como pode ser observado no gráfico abaixo, o volume de dinheiro líquido na economia reduzia 18 %, fator que levou à queda na renda real das famílias e no investimento.

Gráfico 7 – Série histórica do IPCA – Brasil – 2000/17

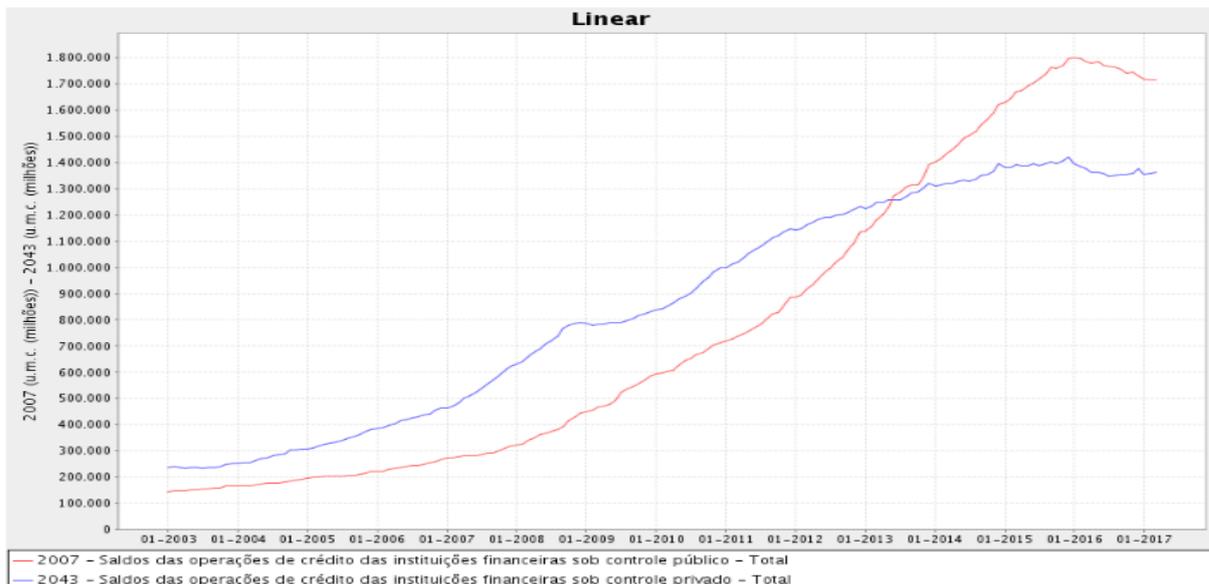
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Observando o comportamento do gráfico abaixo, pode-se perceber que as pessoas aumentaram o investimento em renda fixa. O movimento de deslocamento da liquidez para renda fixa começou em 2014, mas acentuou em 2015.

Em 2016, como pode ser observado no gráfico abaixo, o crédito privado e estatal entraram em retração. O crédito público reduziu devido à suspensão de novos

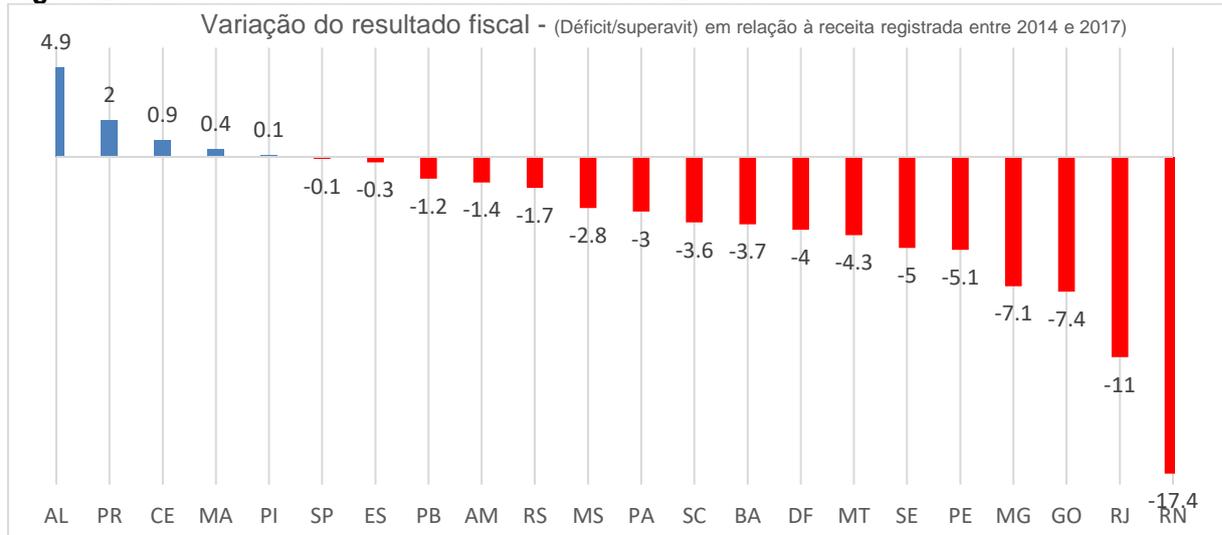
empréstimos pelo BNDES e redução pela Caixa e Banco do Brasil. Já o crédito privado, que estava estagnado no ano de 2015, retraiu-se devido aos juros e SELIC altos, além do conturbado período político. Essa contração monetária a partir de 2015, e do crédito iniciada em 2016, ocasionaram a intensa queda do IPCA a partir de 2015 e sustentaram a crise econômica nos anos seguintes. Em 2016 foi trocada a equipe econômica que acelerou e melhorou as expectativas dos agentes, taxa de câmbio caiu e houve redução do reajuste nos preços livres.

Gráfico 8: Série histórica dos saldos das operações de crédito público e privadas – Brasil – 2003/17



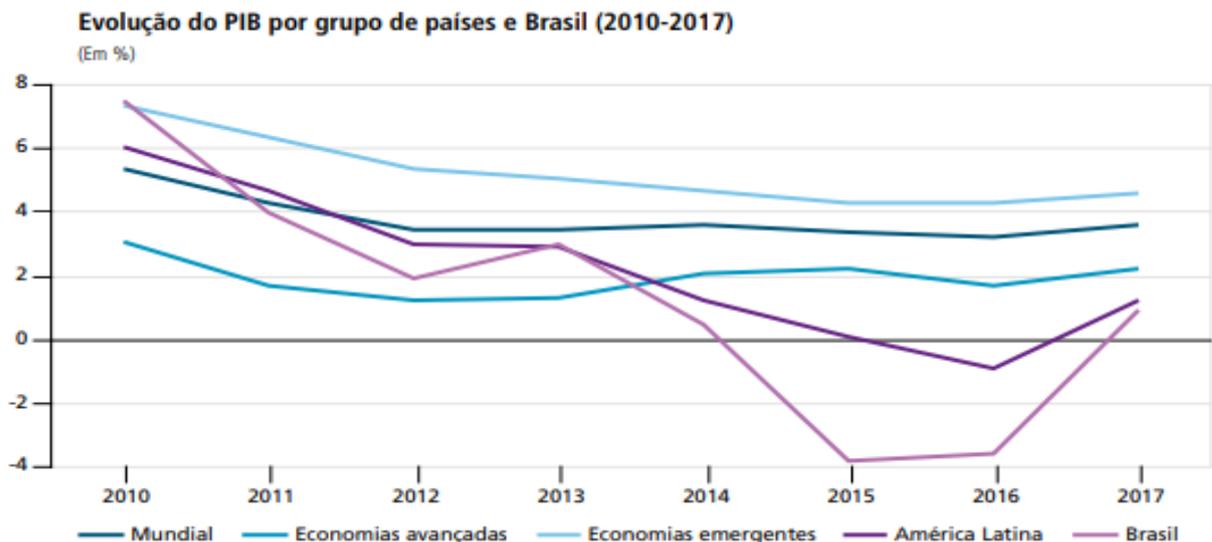
Fonte: <https://mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2694>, 2017.

Outro efeito que contribuiu para recessão foi a crise dos estados, pois as receitas advindas dos impostos caíram em função da queda do PIB e as despesas continuaram aumentando. Com a possibilidade de financiamento reduzida, restou como única solução o corte de gastos e investimentos, além do já ocorrente atraso em obras, pagamentos a fornecedores e salários.

Figura 2: Resultado fiscal dos estados brasileiros entre 2014/17

Fonte: <https://mauronegruni.com.br/2018/01/24/al-alagoas-e-o-estado-com-melhor-equilibrio-fiscal-do-pais-aponta-estado/>, 2018.

Podemos observar no gráfico abaixo a evolução do PIB mundial comparado às economias avançadas, emergentes, América Latina e Brasil. Apesar da oscilação, as economias emergentes, avançadas e o índice mundial cresceram estavelmente ao longo do período de 2014 a 2017, e a América Latina e Brasil tiveram um grande decréscimo do PIB. O Brasil, a partir de 2014, começou a apresentar crescimento negativo por vários trimestres até 2017, configurando um período de recessão.

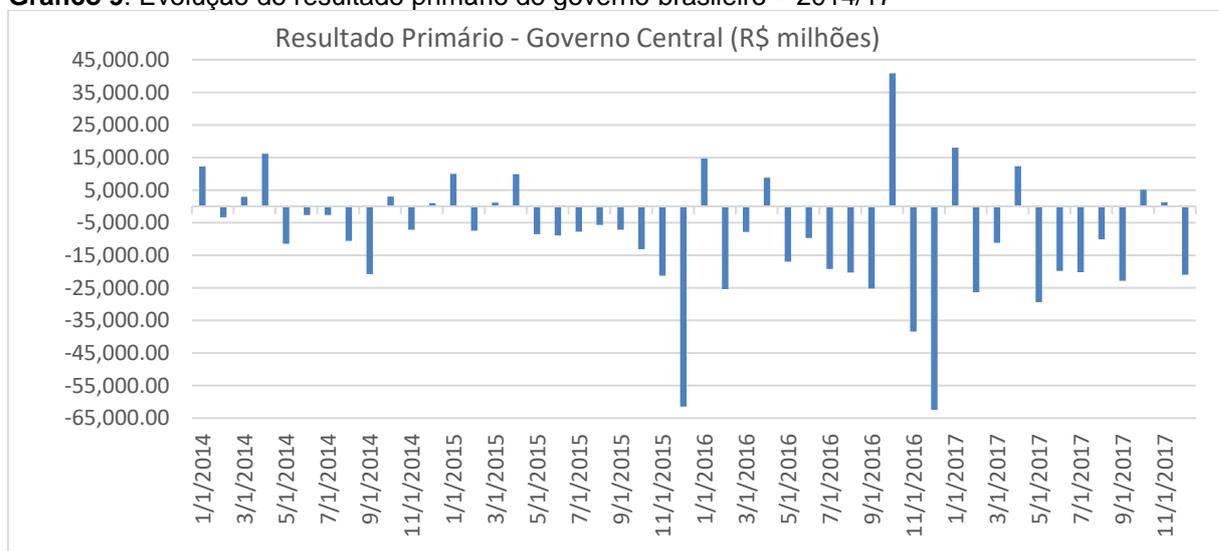
Figura 3: Evolução do PIB por grupo de países e Brasil

Fonte: Extraído de OIT, 2017

Quando analisada a evolução do PIB e seus componentes no período 2014/17, pelo lado da demanda houve queda nos anos de 2015 e 2016 do consumo das famílias, no consumo do governo e mais acentuadamente na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Pelo lado da oferta a Agropécuaária foi o setor com melhor resultado (em variação) nos 4 anos, e único positivo (queda apenas no ano de 2016, de -4,3%). Dentro do setor da Indústria, a de Transformação e Construção Civil foram as que tiveram maior retração no acumulado dos quatro anos, -16,3% e -20,1% respectivamente. O setor de Serviços teve um desempenho negativo nos anos de 2015 e 2016 e no acumulado dos 4 anos teve uma queda de -4,1%.

A deterioração das contas públicas torna insustentável ações de incentivo à demanda agregada pelo governo, tais como gastos ou investimentos. A partir de 2014, as despesas superaram as receitas e o resultado primário do Governo entrou em seqüentes saldos negativos até 2017, atingindo seus maiores déficits no ano de 2016.

Gráfico 9: Evolução do resultado primário do governo brasileiro – 2014/17

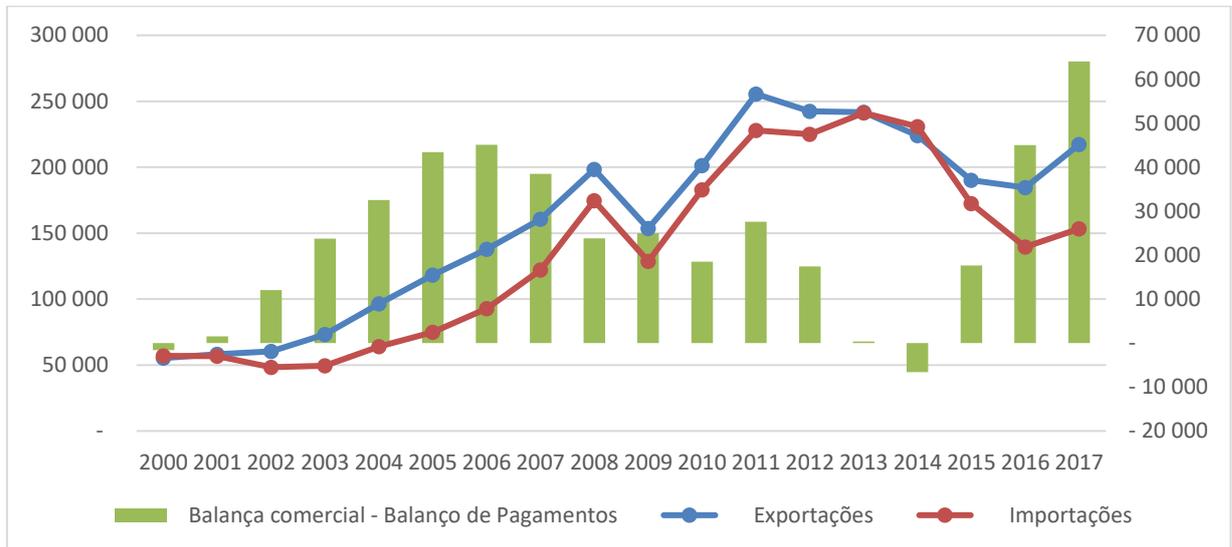


Fonte: <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacoes/series-temporais>, 2018.

Em meados de 2013 para 2014, a balança comercial brasileira passou por um período deficitário e seguiu até 2016 com queda no volume de exportação e importação. No período, a taxa de câmbio brasileira estava em contínua desvalorização, e a retomada de superávit se deu pela queda brusca das importações em relação às exportações. As exportações se reduziram em consequência da queda

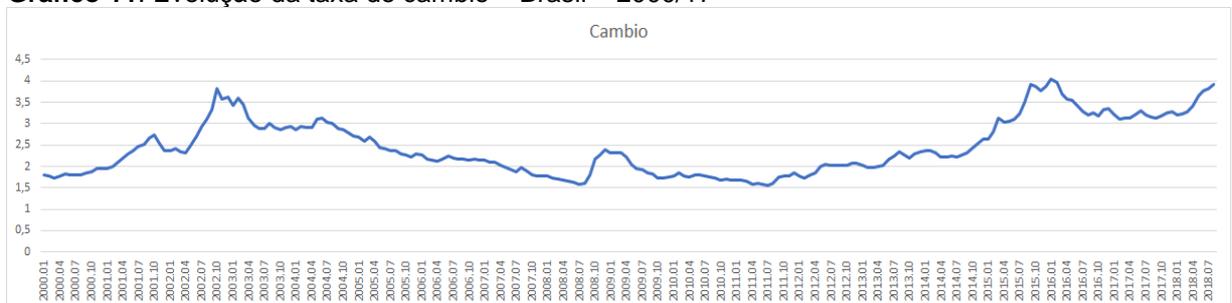
no preço das commodities, e as importações em função do câmbio desvalorizado que tornava os produtos estrangeiros mais caros (além de impactar a inflação com o aumento de preço dos produtos importados).

Gráfico 10: Evolução da balança comercial brasileira – 2000/17



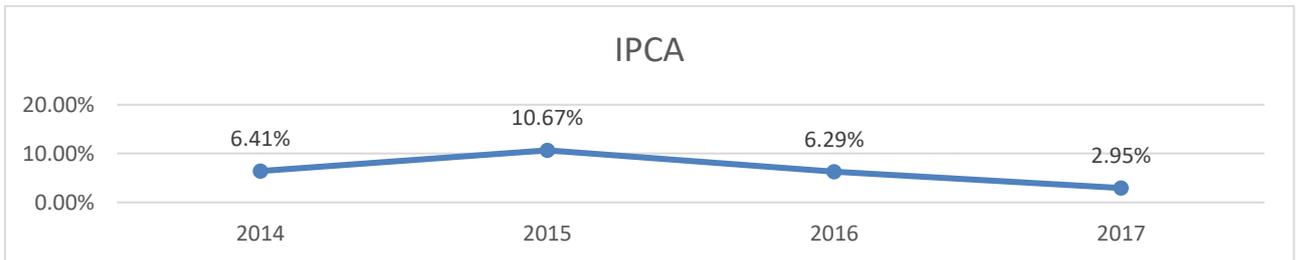
Fonte: Elaboração própria a partir de BCB, 2018.

Gráfico 11: Evolução da taxa de cambio – Brasil – 2000/17

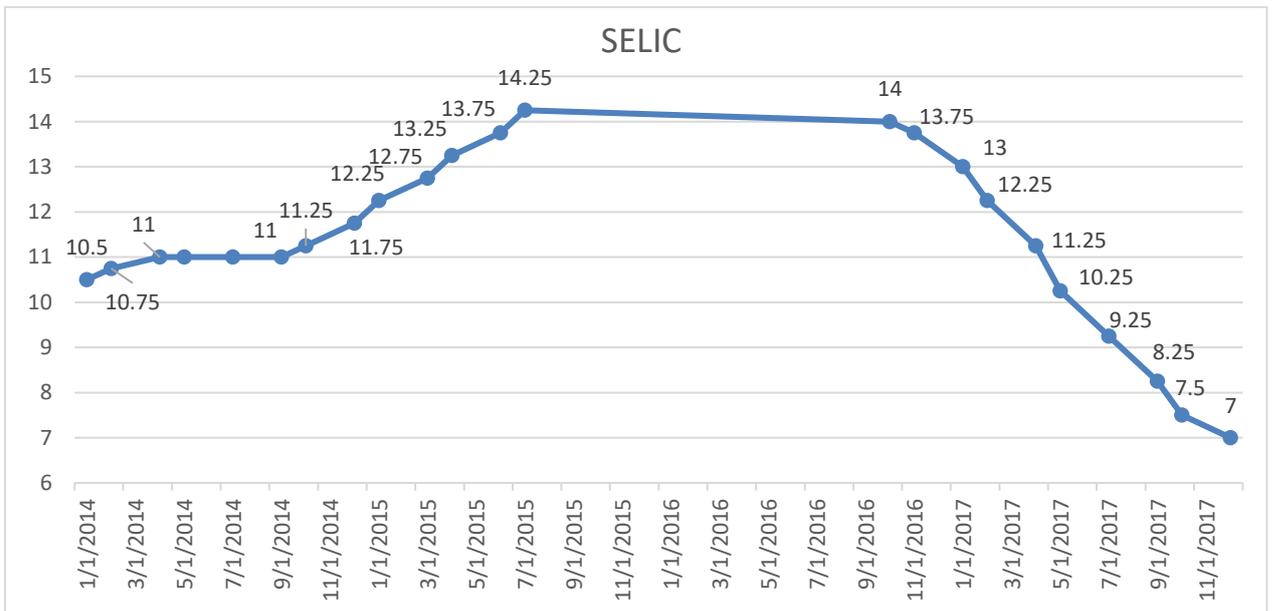


Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Os reajustes citados nos preços monitorados pelo governo, por ter sido em produtos como combustíveis e energia, que são base para outros produtos e serviços, influíram diretamente na inflação do período e o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) chegou à máxima de 10,67% no ano de 2015. Como forma de conter a inflação o governo elevou a taxa de juros continuamente a partir de 2014, chegando ao ápice de 14,25% em 2015.

Gráfico 12: Evolução do IPCA – Brasil – 2014/17

Fonte: Elaboração própria a partir de BCB, 2018.

Gráfico 13: Série histórica da taxa SELIC – Brasil – 2014/17

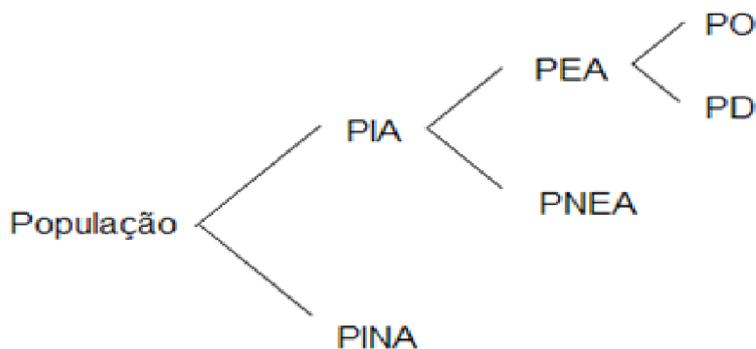
Fonte: Elaboração própria a partir de BCB, 2018.

Essa combinação de déficit público, déficit em transações correntes, inflação alta e taxa de juros elevada fizeram com que a economia entrasse em um período de recessão. A paralisação de novos gastos públicos e investimentos, perda do poder de compra das famílias, escassez de recursos, restrição e encarecimento do crédito reduziram a atividade econômica brasileira e, conseqüentemente isso se refletiu no mercado de trabalho. É o que veremos no próximo capítulo.

4. IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO

Para fins de mensuração do governo, como pode ser observada abaixo, classifica-se a população em População em Idade Ativa (PIA) as pessoas de 14 anos ou mais, e População em Idade Não Ativa (PINA) os com menos de 14 anos, na data de referência da pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A PIA é composta pela População Economicamente Ativa (PEA) e População Não Economicamente Ativa (PNEA), e no grupo da PEA está a População Ocupada (PO) e a População Desocupada (PD).

Figura 4: Classificação da população



Fonte: Google Imagens, 2016.

No período 2014/2017 a PIA subiu 3,9%, de 162.029 milhões para 168.362 milhões de pessoas, sendo a região Norte a que apresentou o maior aumento, de 7,1 %, seguido pela Centro-oeste (6,2%), Nordeste (4,3%), Sul (3,3%) e Sudeste (3,9%).

A taxa de participação, percentual de pessoas na força de trabalho em relação à PIA, se elevou anualmente, saindo de 61% em 2014 para 61,7% em 2017. As pessoas então consideradas em idade ativa, são divididas entre as pessoas na força de trabalho as que estiveram ocupadas ou desocupadas no período, e fora da força de trabalho as que não estiveram nem desocupadas nem ocupadas.

De acordo com a definição do IBGE:

Pessoas ocupadas

São classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a quatro meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas às pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses.

Pessoas desocupadas

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência. (IBGE, 2018)

O aumento na força de trabalho brasileira foi de 5,1 % (98.855 milhões em 2014 para 103.881 milhões em 2017) e a variação nas pessoas fora da força de trabalho foi de 2,1%. Os dados revelaram que a força de trabalho se elevou mais que proporcionalmente ao aumento populacional, e a região com maior variação foi a Sudeste (7,5%), seguido por Centro-Oeste (6,8%), Norte (5,5%), Sul (4,6%) e Nordeste (0,4%).

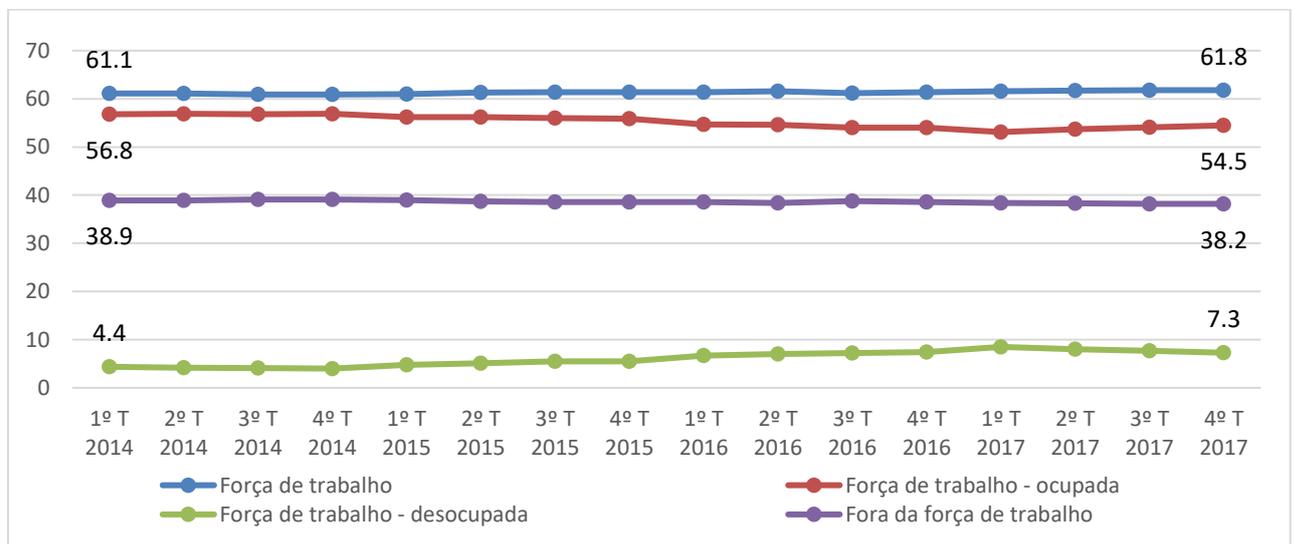
No período 2014-2017 a taxa de ocupação (relação entre os ocupados na semana de referência e às pessoas na força de trabalho) caiu de 93,2% para 87,3% e a desocupação aumentou de 6,8% para 12,7%, uma redução de 1,6 % de pessoas

ocupadas e um aumento de 96,2% na quantidade de desocupados. Assim, a população desocupada cresceu continuamente, saindo da marca dos 6.740.000 em 2014 para mais de 13 milhões em 2017, tendo sua maior variação nos anos 2016/2015.

A quantidade de pessoas ocupadas cresceu até 2015, após, pequena oscilação e um resultado negativo em 2016, com uma variação de -1,9%, e em 2017 houve um pequeno aumento em relação ao ano anterior porém ficando em patamar ainda abaixo de 2013, recuando entre os anos 2014/2017 1,6%, tendo a região Nordeste com o maior recuo, de -6,7%, seguido por Norte (-0,6%), Sul e Sudeste com variação quase zero e a Centro-Oeste um aumento de 1,3%.

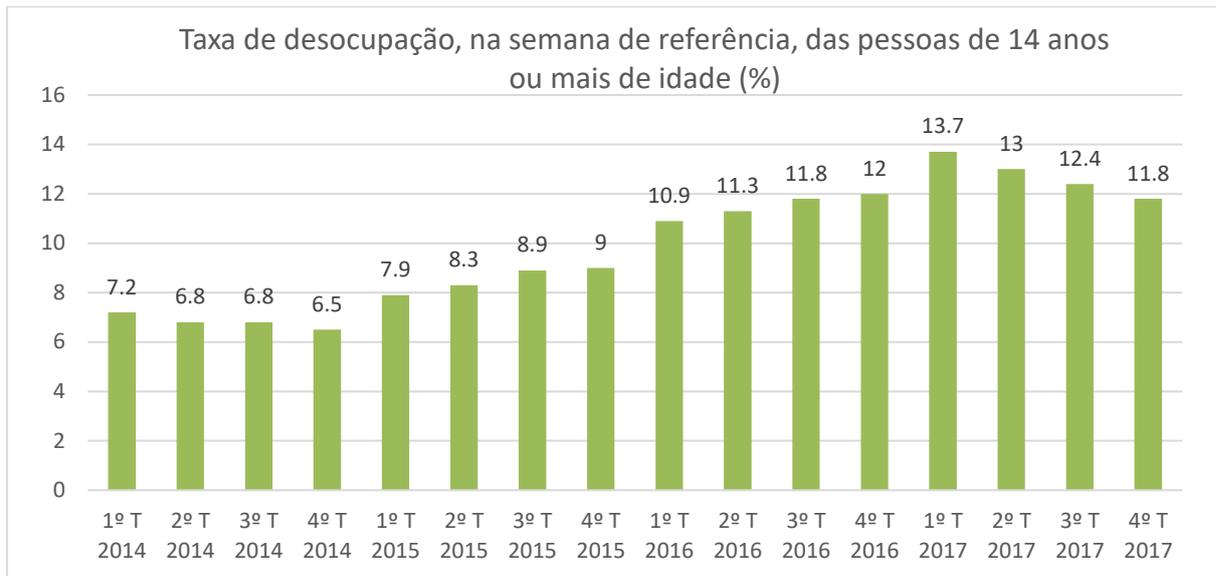
O Nível de Ocupação mede o percentual de pessoas ocupadas em relação ao total da população em idade ativa. Ao longo dos 4 anos o nível da ocupação caiu 5,3% (de 56,8% para 53,8%) e o de desocupação aumentou 86,4%.

Gráfico 14: Condição de ocupação da força de trabalho brasileira em % - 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

A taxa de desocupação apesar de oscilar entre os trimestres, cresceu continuamente ano a ano, com um aumento de 90% entre os primeiros trimestres de 2014 e 2017.

Gráfico 15: Evolução da taxa de desocupação do Brasil – 2014/2017

Fonte: Elaboração própria a partir IBGE, 2018.

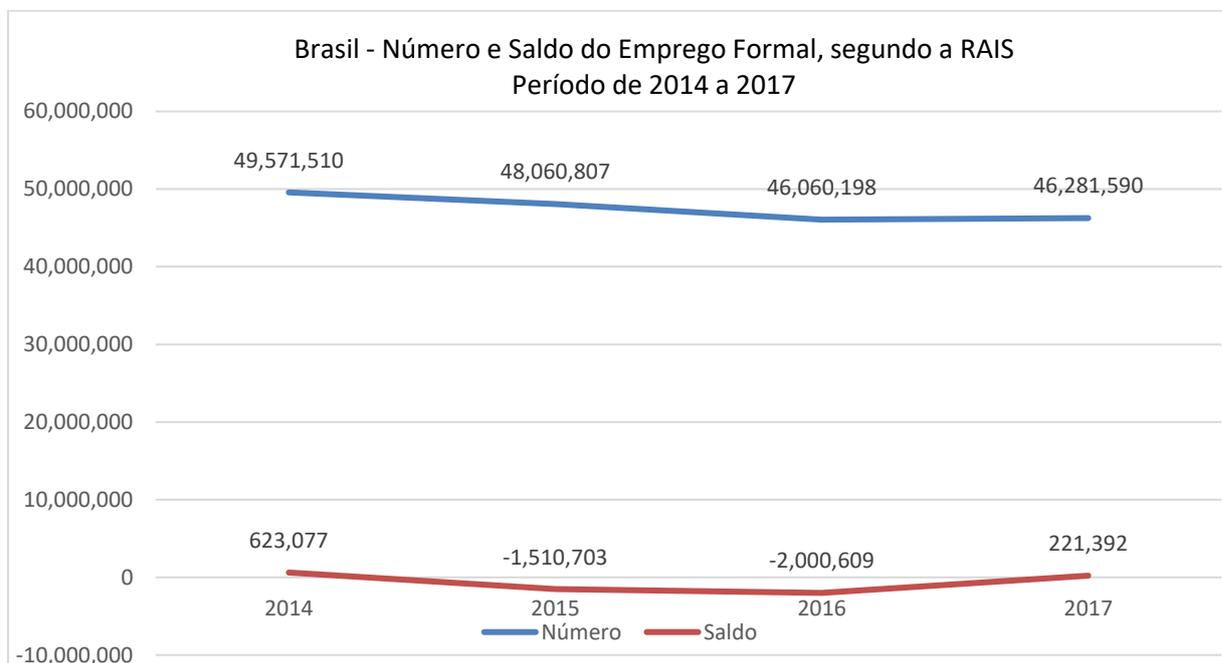
4.1 Trabalho Formal x Informal

Em períodos de recessão, comumente o comportamento do trabalho formal é de retração, e nos primeiros meses os trabalhadores recebem os auxílios indenizatórios garantidos na CLT enquanto buscam outros trabalhos. Caso não encontrem, a saída é a busca pelo setor informal ou conta própria, setores de baixo custo de entrada e sem garantia de direitos trabalhistas, mas que ainda assim seguram os níveis de ocupação. Num próximo momento, os efeitos da queda da demanda agregada se espalham na economia, e com os gastos e consumo cada vez menores, reflete-se no poder aquisitivo e ambos setores são atingidos. Em decorrência dessa maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ocorreu um comportamento de queda de pessoas buscando trabalho (principalmente na população mais jovem) ou que não trabalham na quantidade que desejam.

O estoque de emprego formal no Brasil se expandiu até 2014, quando havia o total de 49.571.510 trabalhadores (um aumento em relação a 2013 de 623.077 postos formais), porém, declinou a partir de 2015, quando apresentou uma variação negativa de -3,05%, representando uma redução de 1.510.703 postos de trabalho formais, e piorou ainda mais em 2016, quando os empregos formais caíram -4,16%, uma

redução de 2.000.609 empregados, reduzindo o estoque de trabalhadores formais para 46.060.198, segundo dados do CAGED. No ano de 2017 houve uma retomada de crescimento do emprego formal, fechando 2017 com o aumento de 221.932 mil empregos e o saldo positivo. Todas as regiões variaram negativamente, sendo no período 2015-2016 a região Norte com maior queda (-5,34%), seguida pela Nordeste (-5,2%), Sudeste (-4,3%) e Centro Oeste (-2,61).

Gráfico 16: Comportamento do Emprego Formal – Brasil – 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Na tabela abaixo, podemos confirmar que no período entre 2014 e 2017, quando analisado por tipo de emprego, os grupos de trabalho com carteira assinada reduziram e os sem carteira assinada aumentaram.

O número de Empregados no setor privado, exclusive trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada reduziu 8,7% e os sem carteira assinada aumentou 6%. Os Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada reduziram 2,3% e os sem expandiram 10,7%. Empregados no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário com carteira de trabalho assinada encolheram 15,9% e sem carteira assinada elevaram 8%. A quantidade de Empregadores com CNPJ no

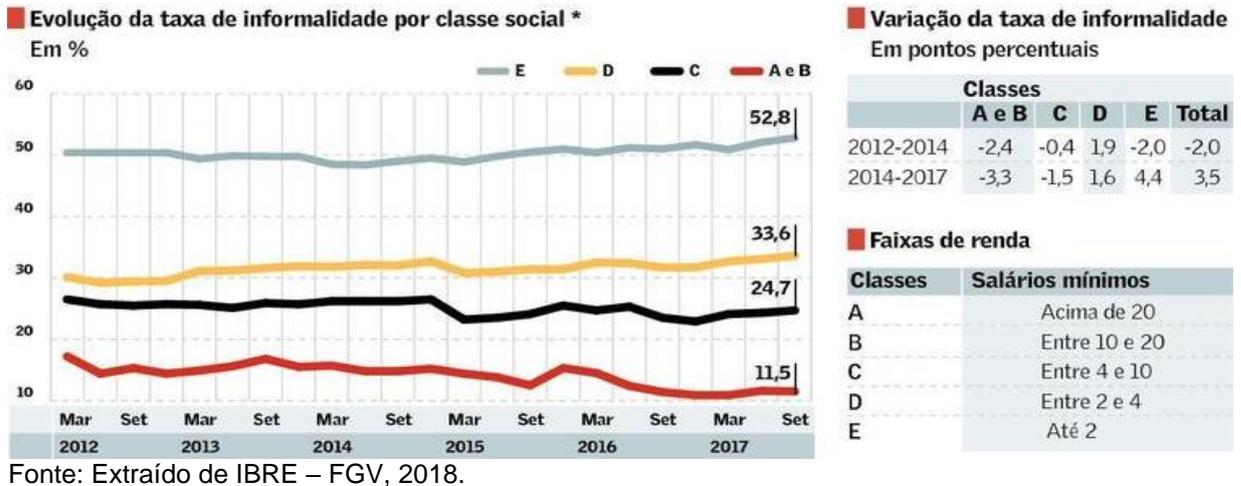
período de 2015 a 2017 aumentou 6,9%, e de Empregadores sem CNPJ cresceu 33,5%.

Figura 5: Ocupação com e sem carteira assinada – Brasil – 2014/17

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Mil pessoas)	4º T 2014	4º T 2017	Variação
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	36506	33321	-8,7%
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	10485	11115	6,0%
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1921	1876	-2,3%
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	4060	4494	10,7%
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	1381	1162	-15,9%
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2306	2490	8,0%
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	7919	7819	-1,3%
	4ºT 2015	4º T 2017	Variação
Empregador com CNPJ	3284	3512	6,9%
Empregador sem CNPJ	672	897	33,5%
Conta própria com CNPJ	4371	4471	2,3%
Conta própria sem CNPJ	18541	18727	1,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Analisando a evolução da taxa de informalidade conforme classe de renda, no quadro abaixo, podemos perceber que quanto mais baixa a renda da classe, maior a parcela da população na informalidade. Considerando o período 2014-2017, a classe que apresentou maior variação foi a E (renda de até dois salários mínimos), de 4,4%, seguido pela D (renda entre 2 e 4 salários mínimos), de 1,6%. As classes A e B (remuneração acima de 20 salários) e C (entre 10 e 20), tiveram variação negativa no período 2014-2017, onde a classe A e B teve uma redução de 3,3% na informalidade e a classe C de 1,5%.

Figura 6: Evolução da taxa de informalidade por classe social

4.2 Posição na ocupação e categoria do emprego

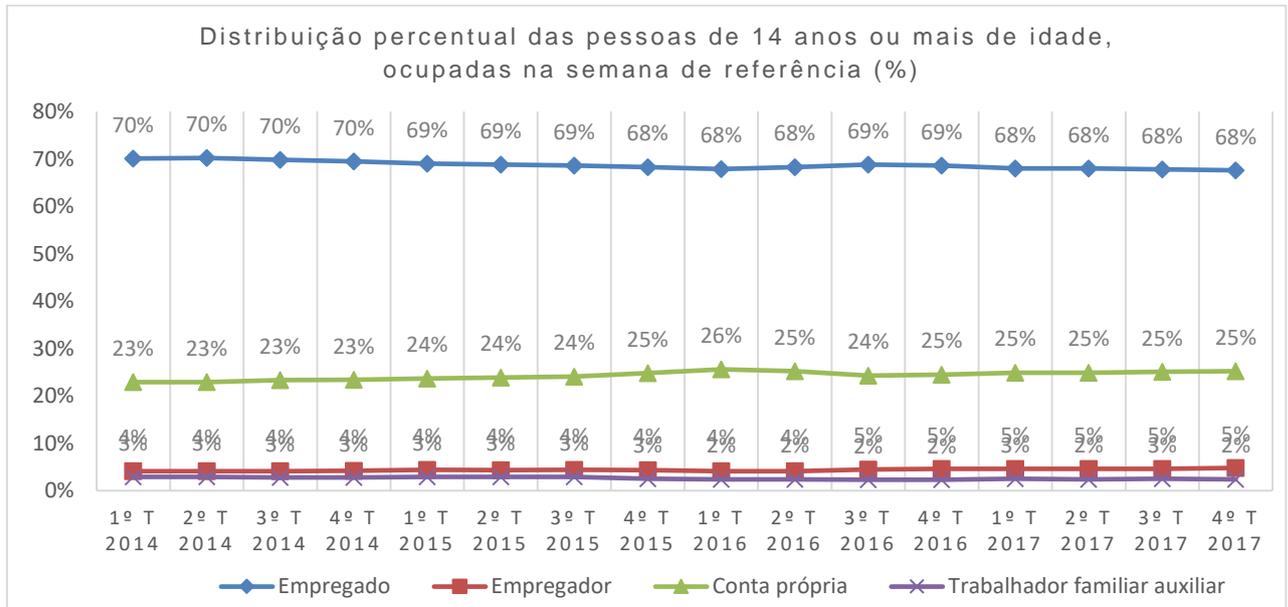
Na condição de Empregado se encontra a maior parte da população brasileira, ela representava 70% do total de trabalhadores ocupados em 2014 e entrou em redução terminando 2017 representando 67%. Do total da população ocupada em 2014, 39,7% estava ocupada no Setor Privado Com Carteira Assinada, (subsetor dos Empregados) e decresceu para 36,8% em 2017, uma variação negativa de 8,9% na quantidade, reduzindo mais de 3 milhões de trabalhadores no grupo com maior número de empregados no período. Em 2014, 11,6% estava ocupada no Setor Privado Sem Carteira Assinada, e apesar da queda de 2014 para 2015 aumentou 3,2% entre 2014/2017, representando um acréscimo de 330 mil trabalhadores.

Os trabalhadores domésticos aumentaram ao longo do período de crise, elevando sua participação em 0,3 pontos percentuais, saindo de 6,5 % em 2014 para 6,8% em 2017, um aumento de 204 mil trabalhadores. Os empregados no setor público, inclusive servidor estatutário e militar, reduziram 1,4% entre 2014 e 2017.

Os Empregadores aumentaram sua participação no total, de 4,1% em 2014 para 4,7% em 2017, uma variação positiva de 12,1%, com o aumento de 457 mil postos no período. Os trabalhadores por conta própria cresceram 6,5% no período, um aumento de 1.378 trabalhadores independentes, que passaram de 23,1% para 25% do total. A quantidade de pessoas que trabalhavam ajudando familiares sem remuneração caiu, o que representa que mais pessoas foram em busca de empregos

remunerados, sendo o segmento que mais variou no período, em -15,6%, passando de 2,8% do total para 2,4%.

Gráfico 17: Distribuição dos ocupados – Brasil – 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

4.3 Distribuição no grupamento de atividade

O setor com maior participação na população ocupada é o setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 18,9% da população ocupada em 2014, e que teve uma variação positiva de 0,5 por cento até 2017, passando a representar 19,3 % do total.

Em seguida, o setor da Administração pública, defesa, seguridade, saúde humana e serviços sociais passou de 16,4% para 17,2% do total, respectivamente, entre 2014 e 2017.

A indústria geral (terceiro maior setor empregador) teve uma evolução diferente dos primeiros, e decresceu 11,5 % nos 3 anos aqui considerados, tendo sua maior variação (-10,1%) nos anos 2016/2015, uma queda de 1,5 % de participação na ocupação total de 14,4% para 12,9%.

O setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas representava 11,2% do total de pessoas empregadas em 2014, se manteve no mesmo nível em 2015, caiu em 2016 e terminou 2017 empregando 11% da população ocupada.

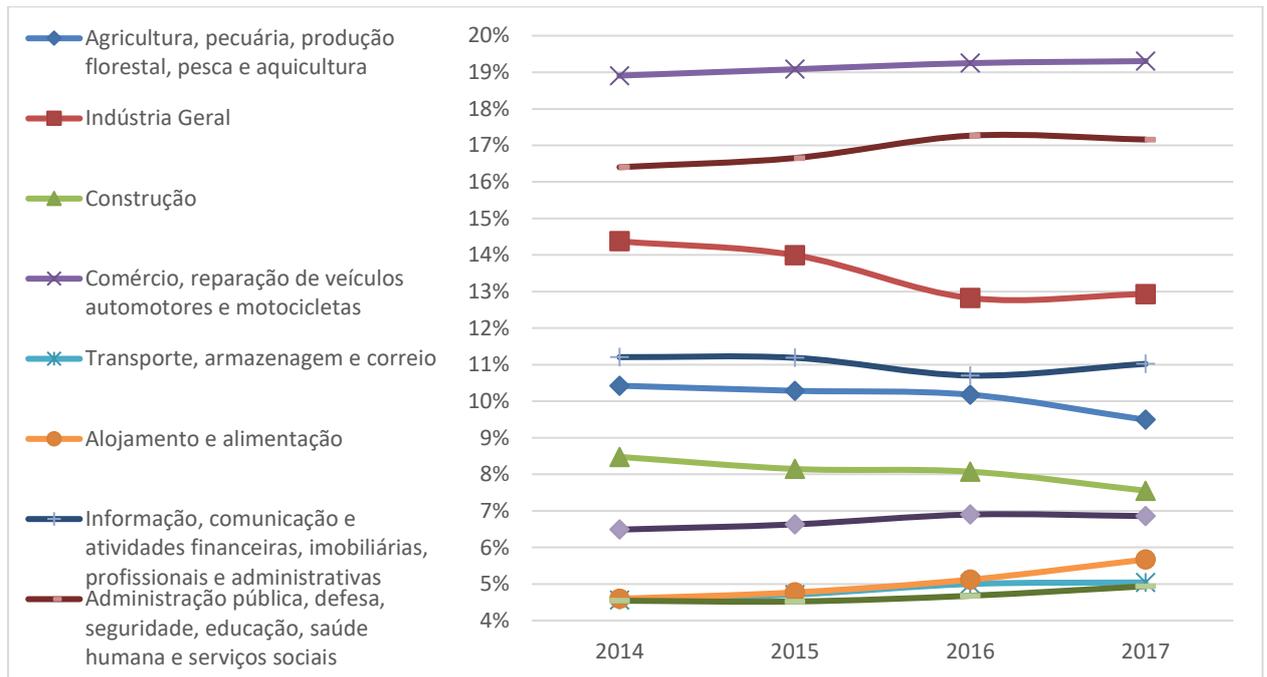
O setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que rebaixou de quarto para quinto em empregabilidade, continuou em decréscimo até 2017, uma redução de 10,4%, levando ao desemprego de quase um milhão de trabalhadores no ramo.

O setor de Construção decresceu continuamente, sendo o setor que teve a maior variação negativa nos 3 anos, uma queda de 12,35 % na quantidade de trabalhadores com a redução de mais de 963 mil postos de trabalho, passando a empregar 7,6% do total em 2017 ante 8,5% em 2014.

O contingente de pessoas alocadas nos serviços domésticos cresceu continuamente até 2017, um aumento de 4% onde são empregadas mão de obra de cozinheiras, babás, faxineiras, motoristas, jardineiros, cuidadores, com ou sem carteira assinada, setor que absorveu mão de obra em tempos de crise.

O setor de Alojamento e Alimentação, apesar de ser um dos menores em distribuição da população empregada, foi o setor que teve maior variação positiva no período, um aumento de mais de 900 mil pessoas nos 3 anos, puxado pelo setor de alimentação que absorve grande parte das pessoas desempregadas, em vendas de produtos caseiros e nas ruas, geralmente sem carteira assinada, e alcançou um aumento de 21,4% no número de trabalhadores no período 2014 a 2017.

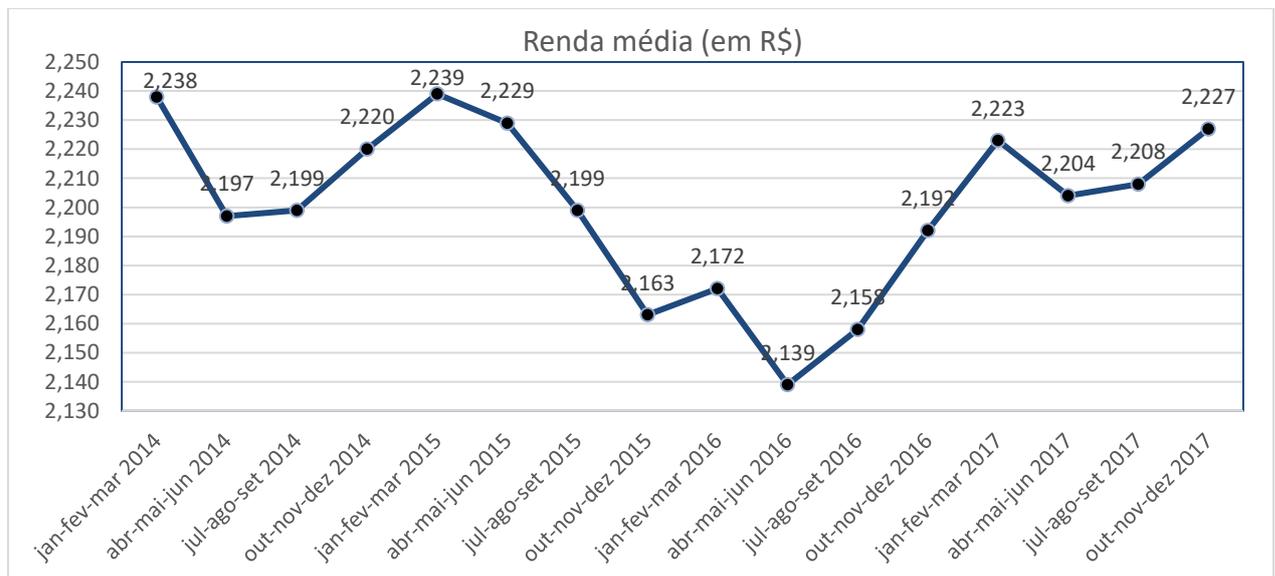
O setor de Transporte, armazenagem e correio, também foi contra cíclico e aumentou 8,9% o número de pessoas trabalhando no setor no período analisado.

Gráfico 18: Distribuição dos ocupados nos grupamentos de atividades – Brasil – 2014/17

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

4.4 Renda média real

O rendimento médio real do trabalho principal, pelas pessoas com rendimento de trabalho efetivamente recebido por mês, variou 2,4% entre 2014 e 2017, de R\$2.102,00 para R\$2.152,00.

Gráfico 19: Evolução da renda real média - Brasil – 2014/17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

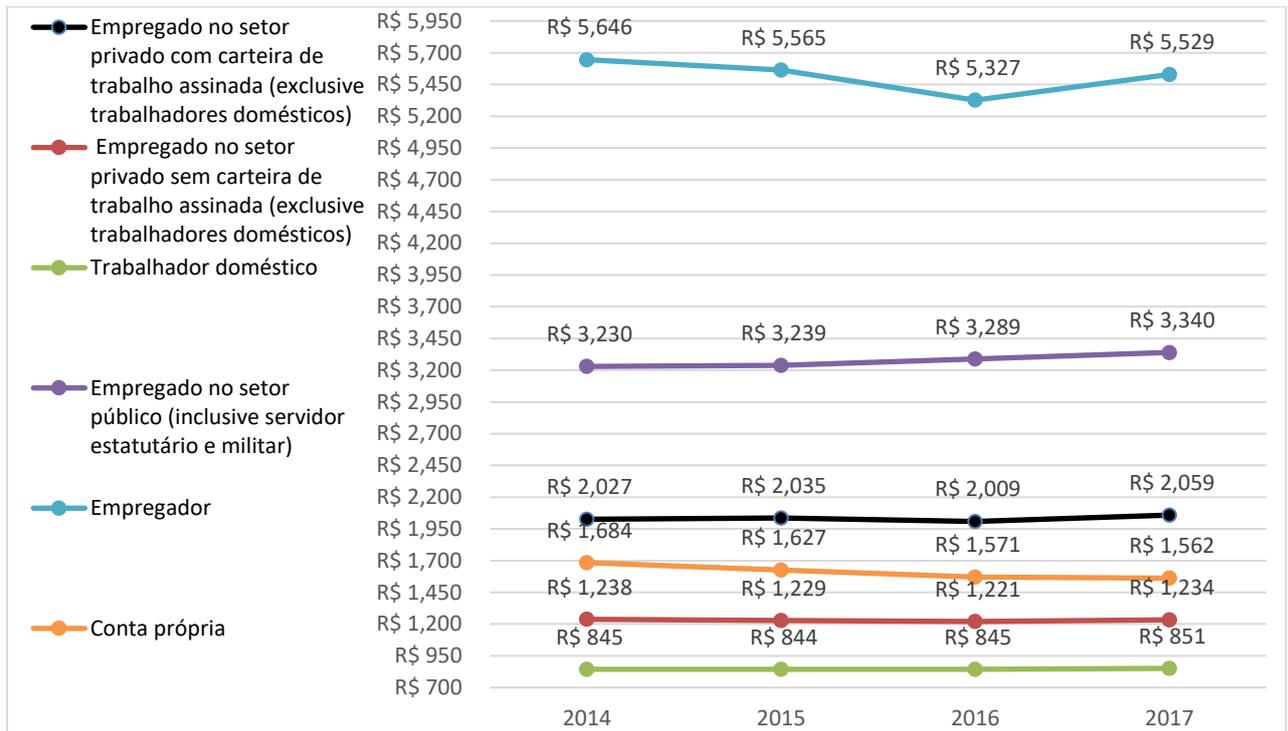
Quando analisado o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com rendimento de trabalho, por posição na ocupação, a posição de Empregador é o grupo com maior valor recebido, e passou de R\$5.646,00 para R\$5.529,00, uma queda de 2,1% no período 2014-2017.

O grupo dos empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar), foi o que teve maior aumento nos rendimentos (de R\$3.230,00 para R\$3.340,00), variou 3,4 % no período, atingindo em 2017 o maior valor na série histórica.

Os empregados no setor privado com carteira assinada, exclusive trabalhadores domésticos, grupo com terceiro maior rendimento, tiveram um pequeno aumento, mas ainda assim positivo de 1,6 pontos percentuais, tendo seu maior aumento no ano 2017, saindo de R\$2.027,00 em 2014 para R\$2.059,00 em 2017.

Trabalhadores por conta própria foram os que tiveram a maior redução da renda no período, onde a renda média passou de R\$1684,00 para R\$1562,00, uma redução de 7,2% em 3 anos.

Empregados no setor privado sem carteira assinada, exclusive trabalhadores domésticos, que tem a remuneração média pouco acima dos mil reais, e trabalhadores domésticos, grupamento com remunerações médias mais baixas entre todas categorias (por volta de 800 reais), historicamente são as posições de ocupação com pior renda na economia brasileira. Os rendimentos dos trabalhadores privados sem carteira reduziram 0,3% (de R\$1.238,00 para R\$1.234,00) e os trabalhadores domésticos cresceram 0,8% (R\$845 para R\$851). Esses são os trabalhadores mais afetados com a destruição do poder de compra devido ao alto nível de inflação no período. Abaixo pode-se ver graficamente a variação da renda média por posição na ocupação (em reais).

Gráfico 20: Evolução da renda média por trabalho principal – Brasil – 2014/17

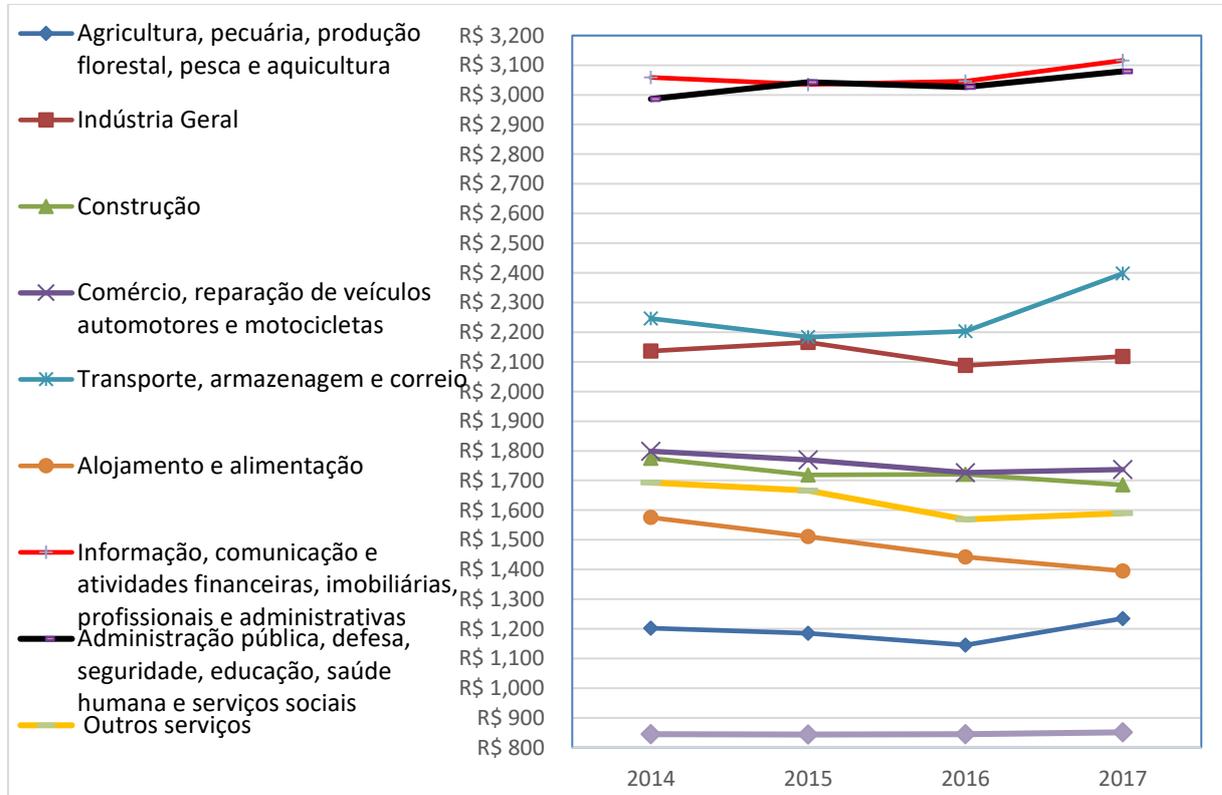
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Quando analisado o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas com rendimento de trabalho, por grupamento de atividade, o setor com maior variação positiva no rendimento entre 2014 e 2017 foi o de Transporte, armazenagem e correio, que nos 3 anos elevou seus rendimentos em 6,7% (de R\$2.246,00 para 2.398,00), em seguida o setor de Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais variou 3,1% no mesmo período (de R\$2.986,00 para R\$3.079,00), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, variando 2,7% (de R\$1.202,00 para R\$1.235,00), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas teve uma elevação de 1,9% (de R\$3.059,00 para R\$ 3.116,00) e Serviços domésticos variaram 0,8% (de R\$845,00 para R\$851,00).

Dos setores com variação negativa, a maior queda no rendimento foi no setor de Alojamento e alimentação, com a redução de 11,4% no período (de R\$1.575,00 para R\$1.395,00). Outros serviços reduziram -6,1% (de R\$1.693,00 para R\$1.590,00), posteriormente, uma queda de -5,1% no setor de Construção (de R\$1.775,00 para R\$1.685,00), -3,4% em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas

(de R\$1.799,00 para R\$1.738,00) e a Indústria geral teve queda no rendimento médio de 0,9%(de R\$2.137,00 para R\$2.118,00).

Gráfico 21: Rendimento médio real por grupamento de atividade – Brasil – 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

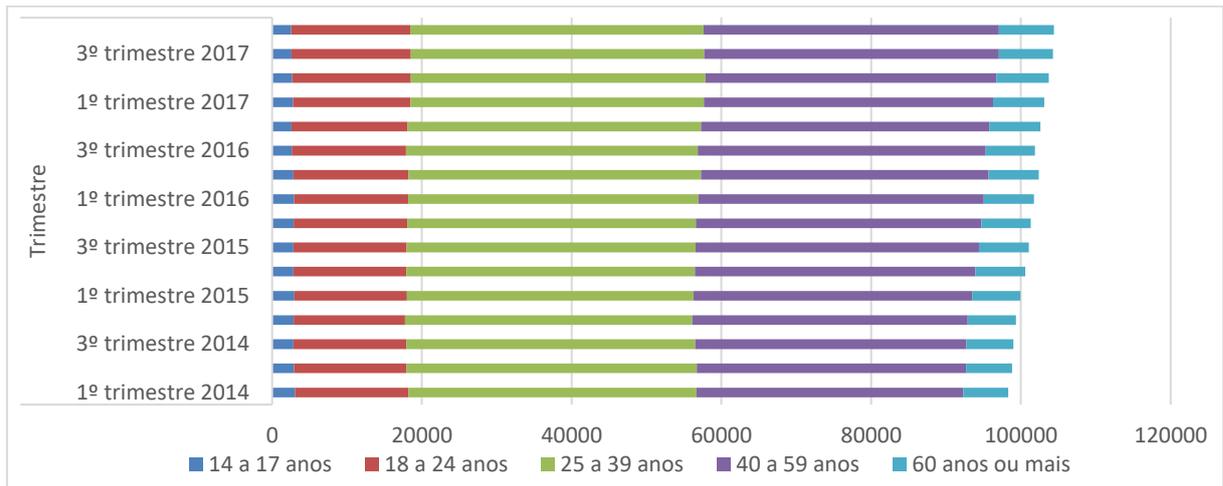
A região com maior queda no rendimento médio real habitual de 2014 para 2017 foi a Norte (3,4%), posteriormente a Sul (1,6%), Nordeste (1,4%) e Centro-Oeste (1%). A região Sudeste foi a única que variou positivamente no período 2017/2014, aumentando 0,8 pontos percentuais. O rendimento médio no Brasil decresceu em 2015 e 2016 e mesmo com sua retomada em 2017 ainda ficou abaixo do valor de 2014, fechando a média de 2017 em R\$ 2041,00, 1 real a menos que em 2014.

4.5 Distribuição por idade

A distribuição percentual das pessoas em idade ativa, se concentra nos grupos de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, que somados correspondem a quase 60 por cento da população brasileira ocupada. No gráfico abaixo, é possível perceber o envelhecimento da população na força de trabalho, com queda de 2014 a 2017 de 8,8% na composição do total pela faixa etária de 14 a 17 anos (e redução de 11% da

quantidade de pessoas na força de trabalho), -0,7% na de 18 a 24 anos, -3,7% na de 25 a 39 anos e aumento de 2,8% e 6,1% nas faixas etárias de 40 a 59 anos e 60 anos ou mais, respectivamente. No período houve o aumento de quase 15% de pessoas de 60 anos ou mais na força de trabalho.

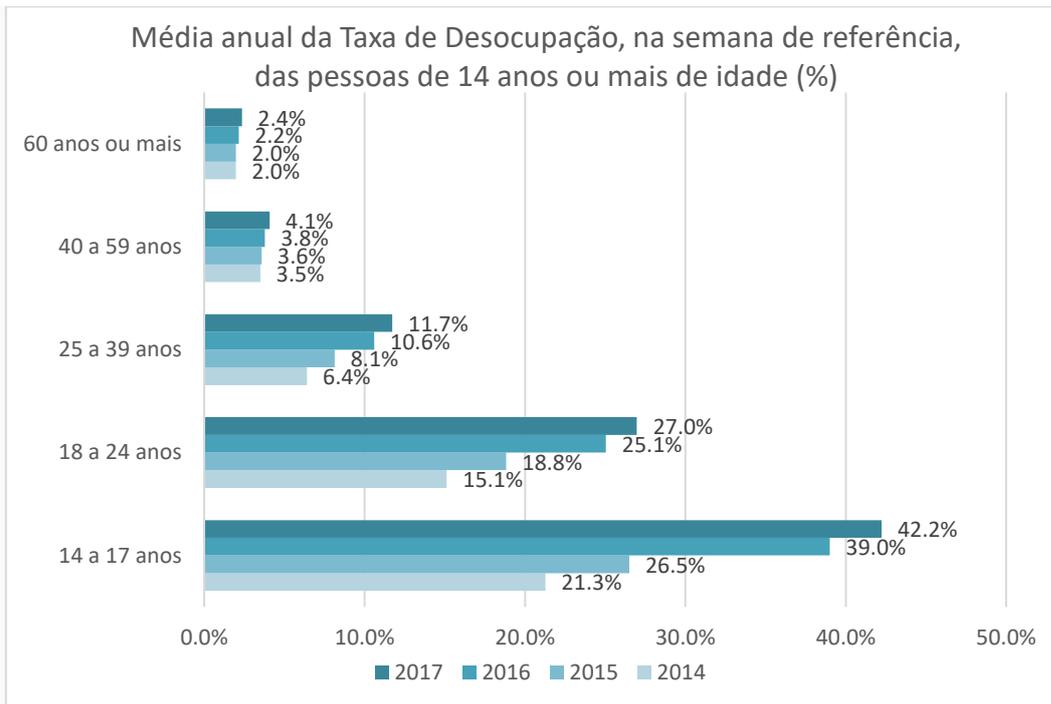
Gráfico 22: Distribuição da PIA por idade – Brasil – 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Observando a taxa de desocupação por idade no Brasil, percebe-se que ela tende a variar inversamente proporcional à faixa etária, pois quanto menor a faixa etária, maior a taxa de desocupação e vice-versa. Todas tiveram seu pico no fim do ano de 2016 e início do ano de 2017.

No período 2014-2017, a variação da taxa de desocupação dos jovens de 14 a 17 anos foi de 98% (de uma taxa de desemprego de 21,2% para 42,2%). A taxa de desemprego na população de 18 a 24 anos aumentou 78% (de 15,1% para 26,9%), a da população de 25 a 39 anos cresceu 83% (de 6,4% para 11,7%), a de 40 a 50 anos subiu 16% (de 3,5% para 4,1%) e no grupo da população de 60 anos ou mais a taxa aumentou 19% (de 2% para 2,4%).

Gráfico 23: Evolução da taxa de desocupação por idade – Brasil – 2014/17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

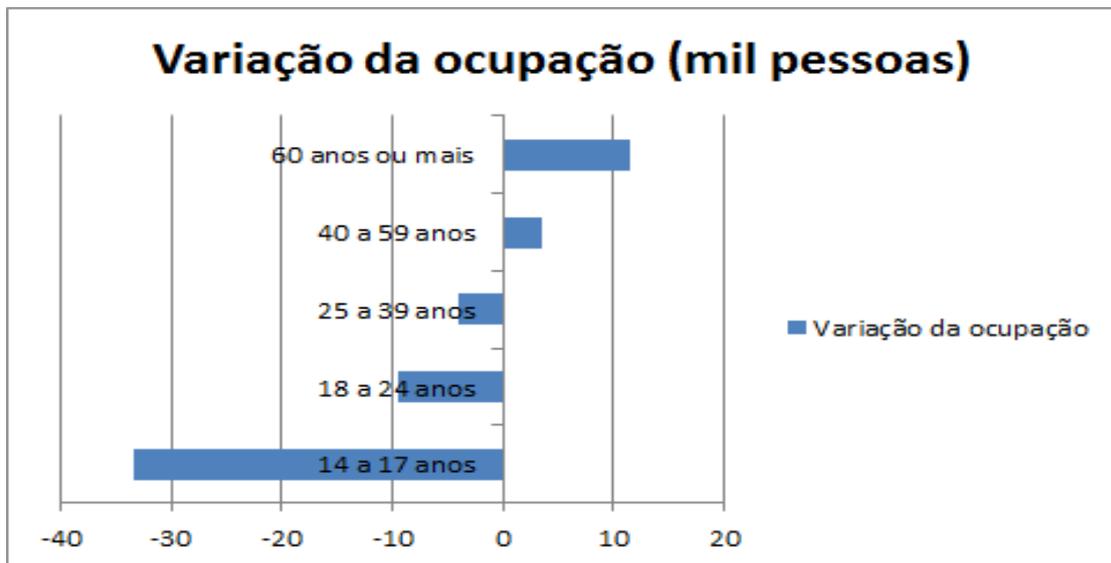
De acordo com a hipótese do jovem como trabalhador adicional em recessões, o maior ânimo dos jovens em se inserirem no mercado de trabalho se dá como forma de manter o padrão de vida das famílias, principalmente aqueles que já se encontram em vida adulta, uma vez que entram no mercado como forma de compensação pelo desemprego e piora na renda dos mais velhos, e assim amenizam os choques negativos no mercado de trabalho. O que ocorreria de acordo com a hipótese seria um aumento na participação dos jovens num contexto de recessão e esse contingente novo na força de trabalho como é mais difícil de conseguir trabalho imediato devido à falta de experiência, aumenta a taxa de desemprego dos mais jovens.

Uma outra hipótese é a da escolha trabalho x escola, que em tempos de crise, o jovem (principalmente do grupo de 14 a 17 anos) prefere se dedicar à educação do que ao trabalho em ambiente recessivo, retirando sua participação no mercado de trabalho, principalmente os adolescentes, considerando a maior perspectiva de benefício futuro de inserção no mercado de trabalho, em comparação ao trabalho no presente. Logo, de acordo com a hipótese, as taxas de desemprego entre os jovens tenderia a cair devido a menor participação dos jovens. Então, mesmo estando em períodos de recessão econômica, não seriam previstas grandes variações na taxa de

desemprego quando essa hipótese for aplicável na definição do progresso da taxa de desemprego.

A taxa de ocupação, como pode ser observado abaixo, seguiu o padrão de quanto mais velha a faixa etária maior a variação na quantidade de pessoas ocupadas, com uma queda de 9,4% de pessoas ocupadas no grupo de 18 a 24 anos e aumento de 11,4% na quantidade de trabalhadores ocupados com 60 anos ou mais.

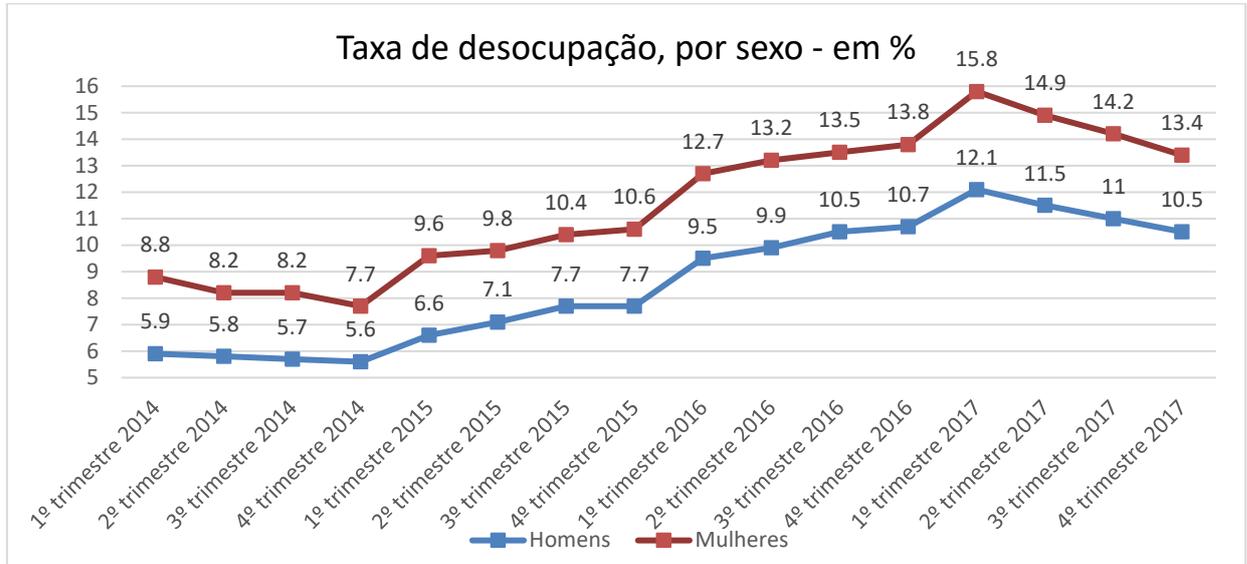
Gráfico 24: Variação da ocupação por faixa etária – Brasil – 2014/17



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 2018.

4.6 Desocupação por sexo

A taxa de desocupação feminina é historicamente maior que a masculina, no período 2014/2017 a masculina aumentou 96% (de 5,7% para 11,2%) e a feminina 77% (de 8,2% para 14,5%).

Gráfico 25: Evolução da taxa de desocupação por sexo – Brasil – 2014/17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Quando analisada a evolução do estoque de trabalhadores formais por sexo no Brasil, os indicadores mostram que apesar do sexo masculino ser maior que o feminino em quantidade alocada de trabalho formal, a diferença está reduzindo. No período de 2014 a 2016 ambos apresentaram variação negativa, terminado no ano de 2016 com as mulheres representando 44% do total de vínculos e os homens 56,0%. De acordo com o Ministério do Trabalho o crescimento do número de mulheres no mercado formal nos últimos 10 anos foi de 31,9%, e de 16% para os homens.

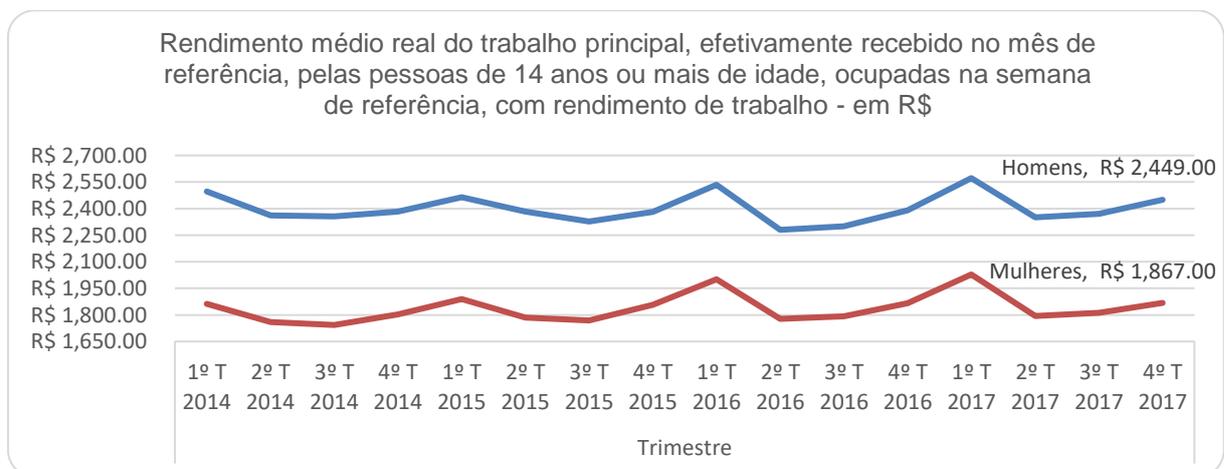
Quando analisada a informalidade e posição na ocupação, podemos perceber que no período 2012-2017 a evolução da taxa de informalidade, daqueles trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores auxiliares em casa (muito comum no Brasil), empregadores e trabalhadores por conta própria não contribuintes para previdência social, teve como característica a redução contínua de mulheres no setor informal desde 2012 até o quarto trimestre de 2015, onde atingiu seu menor nível, inclusive passando a ficar abaixo do nível masculino. No segundo trimestre de 2016, o comportamento foi de aumento da informalidade para ambos os sexos, porém a variação foi maior para as mulheres, a partir do segundo trimestre as mulheres voltaram a ter o nível de informalidade maior que os homens e no quarto semestre o nível de ambos se equiparou, onde ficou em 40,77% para homens e 40,89% para mulheres. Um fato relevante foi que quando considerada ambos os sexos por posição na ocupação, no período houve um crescimento de 12,5% no número de

trabalhadores por conta própria e 20% na posição de empregadores, em que as mulheres tiveram maior crescimento, de 18,6% das trabalhadoras por conta própria e 28,9% na quantidade de mulheres empregadoras.

A mulher tem ganhado espaço no mercado de trabalho e a desigualdade de participação entre os sexos no mercado formal está caindo, reflexo do aumento do nível de escolaridade das mulheres, redução da taxa de fecundidade e maior participação da mulher no mercado, que apesar de ter avançado no sentido de igualdade entre os gêneros, ainda não foi o bastante para assemelhar a remuneração para ambos os sexos.

Nota-se que a renda das mulheres sempre foi e ainda continua menor que a dos homens. A evolução média da renda real para ambos sexos foi crescente até 2014, e após, decresceu para ambos no período, ultrapassando o valor de 2014 somente no 4º trimestre de 2017. De acordo com a RAIS, a remuneração média efetiva do trabalho principal dos homens em 2014 foi de R\$ 2.399,25 e para as mulheres esse valor foi de R\$ 1.792 representando que as mulheres ganhavam em média 25% a menos que os homens, e no ano de 2017 a diferença caiu para 23%. Porém, quando analisado o período dos últimos 10 anos, verificou-se que a diferença salarial diminuiu, sendo que os homens tiveram um aumento da renda real de 18,8%, enquanto a das mulheres foi de 21,1%

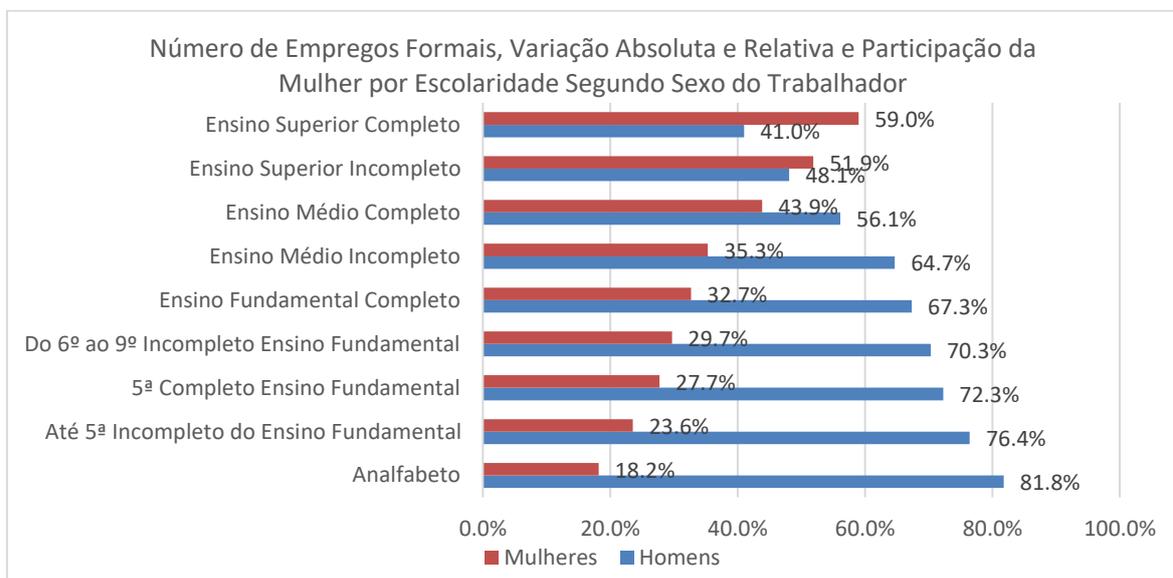
Gráfico 26: Evolução do rendimento por sexo – Brasil – 2014/17



Considerando a distribuição dos sexos, por grau de instrução do setor formal, no ano de 2016, temos para o Brasil uma maior porcentagem de mulheres nos grupos

de maior grau de escolaridade em relação à homens, enquanto nos grupos menos escolarizados predominam a participação dos homens. Pode-se observar abaixo, a distribuição percentual do estoque, por grau de instrução no Brasil no ano de 2016. O recorte temporal de 2016, exemplifica como se deu a distribuição entre os sexos no período 2014-2017, pois apesar de variar, a representatividade distributiva dos grupos por escolaridade foi similar entre os anos.

Gráfico 27: Distribuição do emprego formal por sexo, segundo escolaridade - 2016 - Brasil



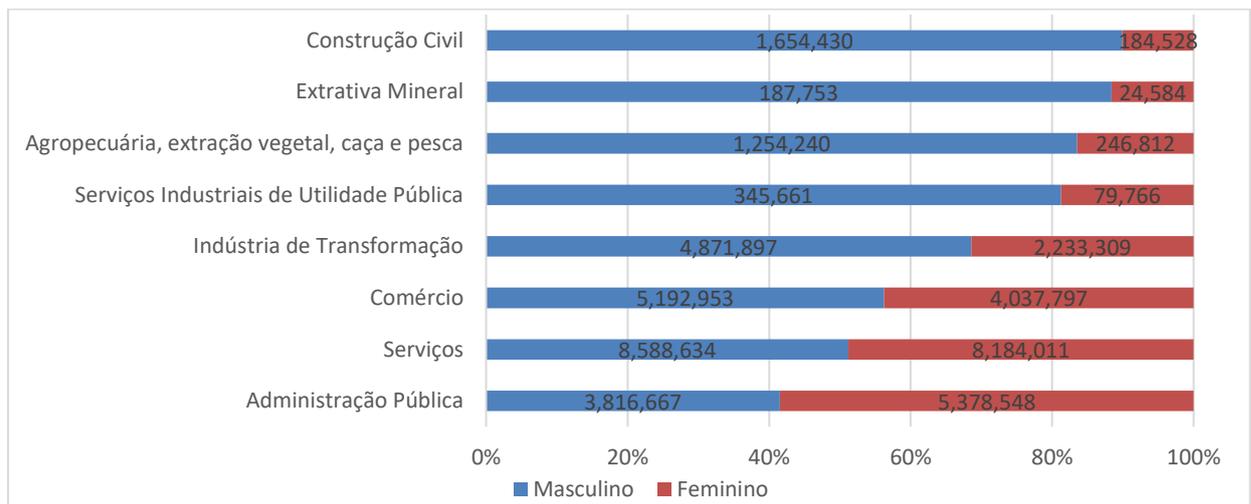
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

As mulheres, apesar de na média terem mais anos de estudo, ainda recebem menos que os homens, independente do grau de instrução. Quando analisado a relação da remuneração homens x mulheres por escolaridade, para o ano de 2016, os dados revelam que nas faixas de menor escolaridade a relação da renda entre os sexos tem maior igualdade, e faixas de maior escolaridade apresentam maior diferença salarial entre gêneros. Os analfabetos são o grupo com menor discrepância salarial (mulheres recebem 84% dos homens), e a faixa com ensino superior é a categoria com a maior desigualdade (63,9%).

A distribuição dos setores de atividade por sexo pode ser verificada com o recorte do panorama no ano de 2016 no Brasil abaixo, e o boletim anual do Ministério de Trabalho revelou:

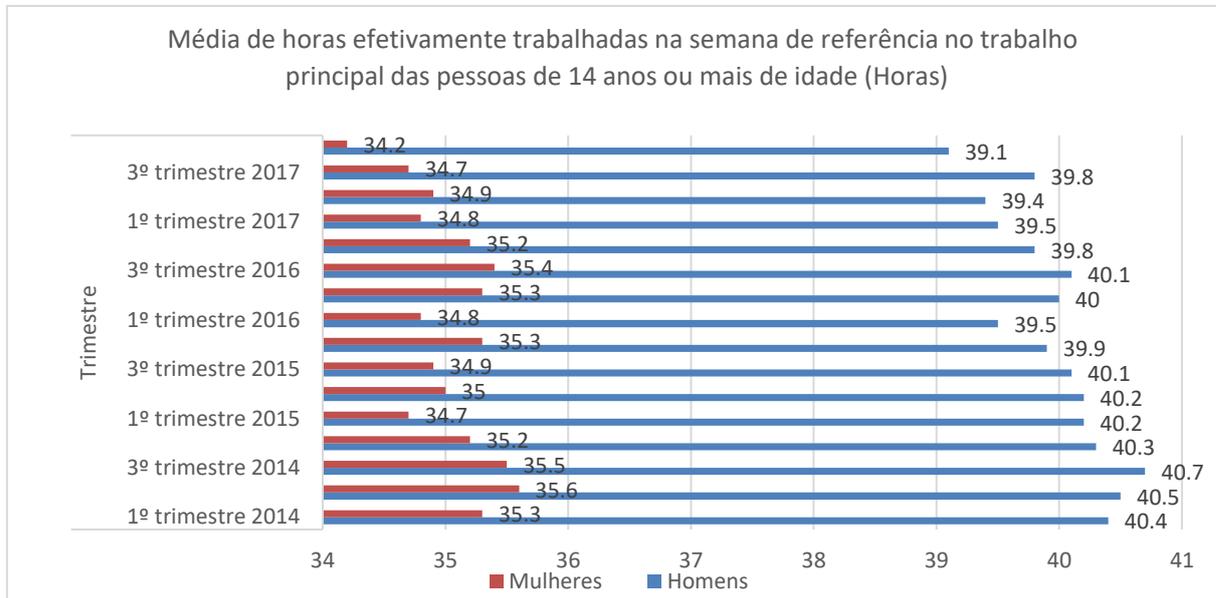
“De 2007 a 2016, houve um aumento de 55% no número de mulheres que ocupavam cargos de direção. Analisando a participação feminina em cargos de direção, entre as ocupações que mais cresceram para as mulheres nos últimos 10 anos, cabe destacar gerente administrativo (+109,25%); Gerente de Loja e Supermercado (+95,6%); Gerente de Contas (+93,07%) e Gerente Comercial (+89,6). No entanto, diferenças salariais permanecem, inclusive dentro do mesmo grupo ocupacional. Em 2016, as mulheres em cargos de direção ganhavam em média 67,6% da remuneração dos homens empregados no mesmo grupo ocupacional. A maioria das mulheres está concentrada em ocupações relacionadas com educação, saúde e serviços administrativos. A tabela abaixo mostra o ranking das 20 ocupações que concentram 50,6% das mulheres no mercado de trabalho formal, entre as quais destacam-se auxiliar de escritório, assistente administrativo, vendedor de comércio varejista, faxineiro e operador de caixa. No entanto, é importante observar que ao agruparmos todas as 76 especialidades da ocupação de professor, as mulheres são responsáveis por 2.343.790 vínculos, fazendo com que esta ocupação suba para o primeiro lugar do ranking.” (Boletim do MTE, 2017)

Gráfico 28: Distribuição dos setores de atividade segundo sexo – Brasil, 2016.



Fonte: MTE, 2018

As mulheres brasileiras trabalham menos horas por semana que os homens, e média de horas trabalhadas foi decrescente para ambos no período dos anos de 2014 a 2017, a média dos homens recuou 2,5% (de 40,4 para 39,4) e a feminina 2,1% (de 35,4 para 34,6).

Gráfico 29: Média de horas trabalhadas segundo sexo - Brasil - 2014/17.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

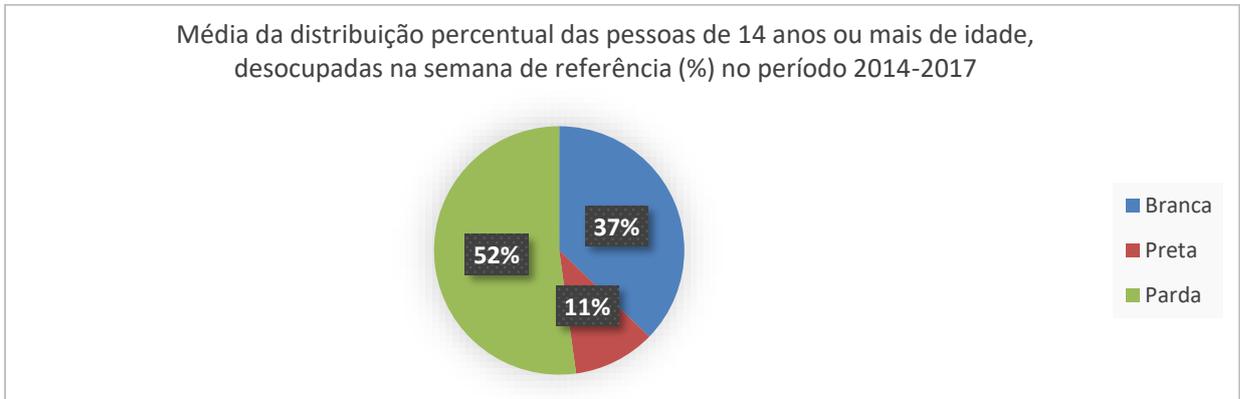
4.7 Cor ou Raça

No Brasil, a maior parte da população se define como Branca, seguido por Parda e Preta. No período 2014 a 2017, na distribuição percentual da PIA força de trabalho, por cor/raça, houve uma queda da população Branca (de 47% para 44%), um aumento da Preta (de 8% para 10%) e estagnação da parda. Porém, os negros têm a maior taxa de participação na força de trabalho, em 2017 de 65%, seguido por Brancos (62%) e Pardos (60%).

A participação dos ocupados na PIA reduziu 3% dos Brancos (de 48% para 45%), aumentou 1% para Pretos (8% para 9%) e se manteve (em 44%) para os Pardos no período analisado.

A população desocupada quando analisada por cor/raça no período 2014/2017, pode-se verificar que concentrou a maior parte em Pardos (com uma média no período de 52%), logo após, Brancos (37%) e Pretos (11%).

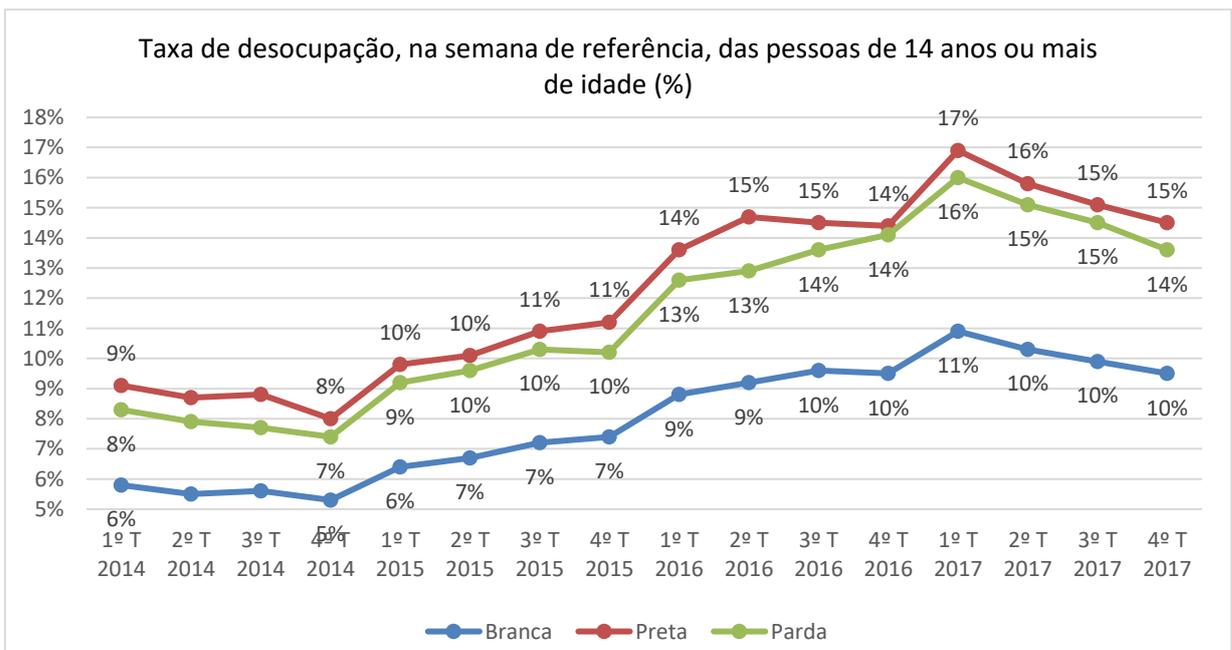
Gráfico 30: Distribuição média dos desocupados, por cor ou raça – Brasil – 2014/17



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, 2018.

A taxa de desocupação brasileira analisada por cor/raça é historicamente maior para os Negros, seguido por Pardos e Brancos. O maior valor para todos ou grupos ocorreu no primeiro trimestre de 2017, quando os Pretos apresentaram uma taxa de 16,9%, os Pardos 16% e os Brancos 10,9%. O aumento da taxa de desocupação de 2014 para 2017 foi de 80% para os Pardos (7,8% para 14,8%), posteriormente, Brancos 82% (5,5% para 10,15%) e Pretos 80% (8,6% para 15,5%).

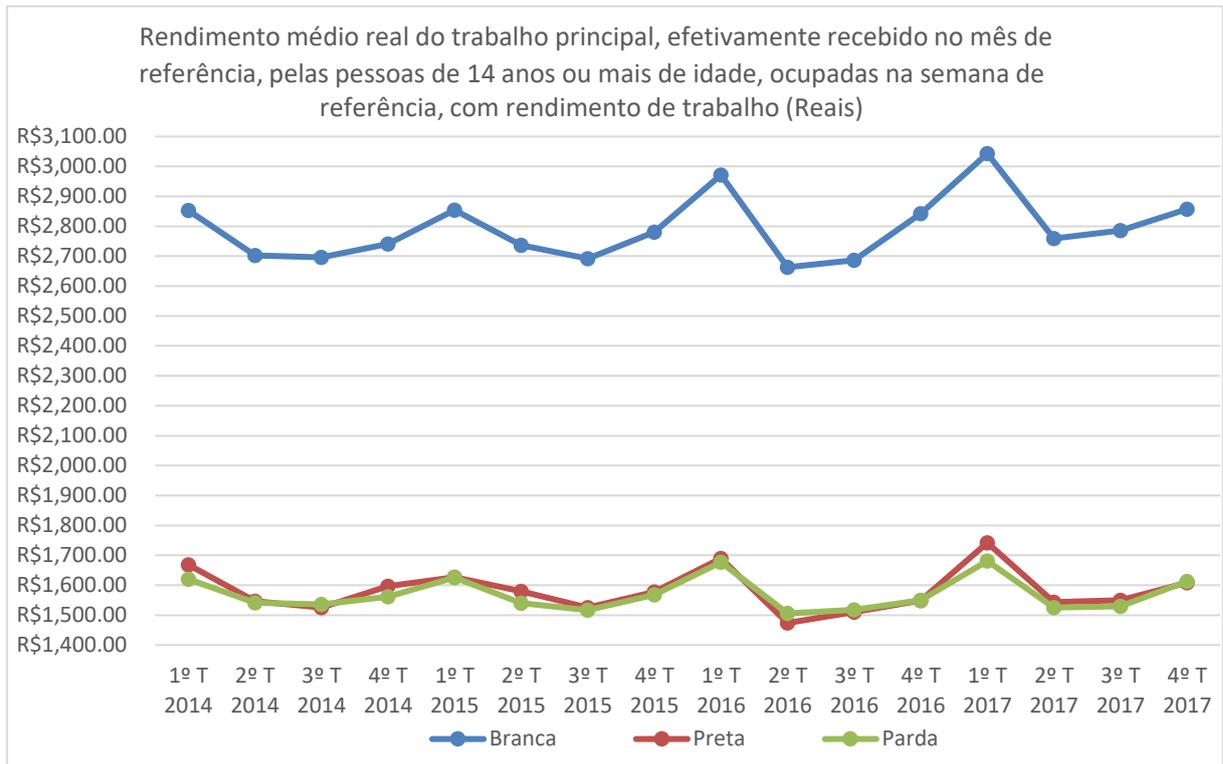
Gráfico 31: Taxa de desocupação, por cor ou raça – Brasil – 2014/17



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, 2018.

No período 2014 a 2017 e historicamente, os brancos apresentaram maior rendimento médio real que os Pretos e Pardos. Nesse mesmo intervalo de tempo a remuneração média dos Brancos aumentou 4,1% (de R\$2.748,00 para R\$2.861,25), a dos Pretos 1,7% (de 1.584,25 para R\$1.611,25) e dos Pardos 1,7% (de R\$1.564,75 para R\$1.587,25)

Gráfico 32: Rendimento médio, por cor ou raça – Brasil – 2014/17

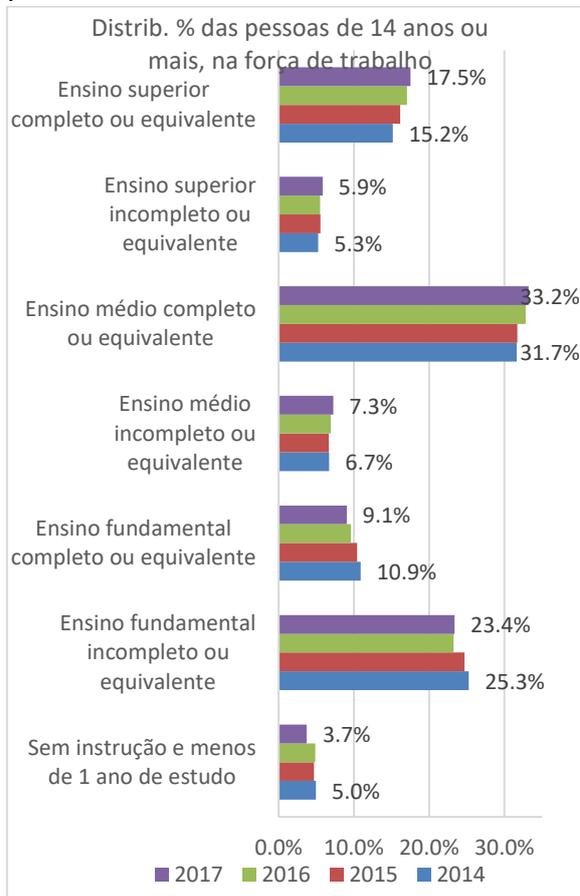


Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

4.8 Nível de instrução

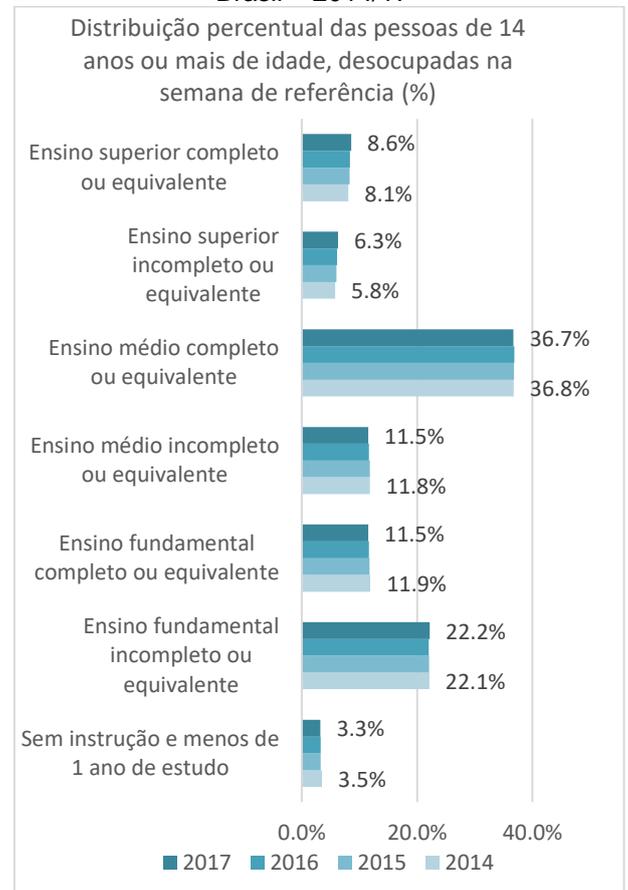
No período 2014 a 2017 a distribuição percentual das pessoas desocupadas por nível de instrução foi se assemelhou à distribuição na força de trabalho, e se concentrou no grupo de Ensino médio completo (mais de 30% em ambos), seguido por Ensino Fundamental incompleto (23 % da força de trabalho que corresponde a 22% dos desocupados) e Ensino superior completo (17% da força de trabalho e 8,3% dos desocupados). Como pode ser observado no gráfico abaixo, a taxa de participação média foi proporcional ao nível de estudos, em que quanto maior a escolaridade maior a participação na força de trabalho.

Gráfico 33:PIA, por escolaridade – Brasil – 2014/17



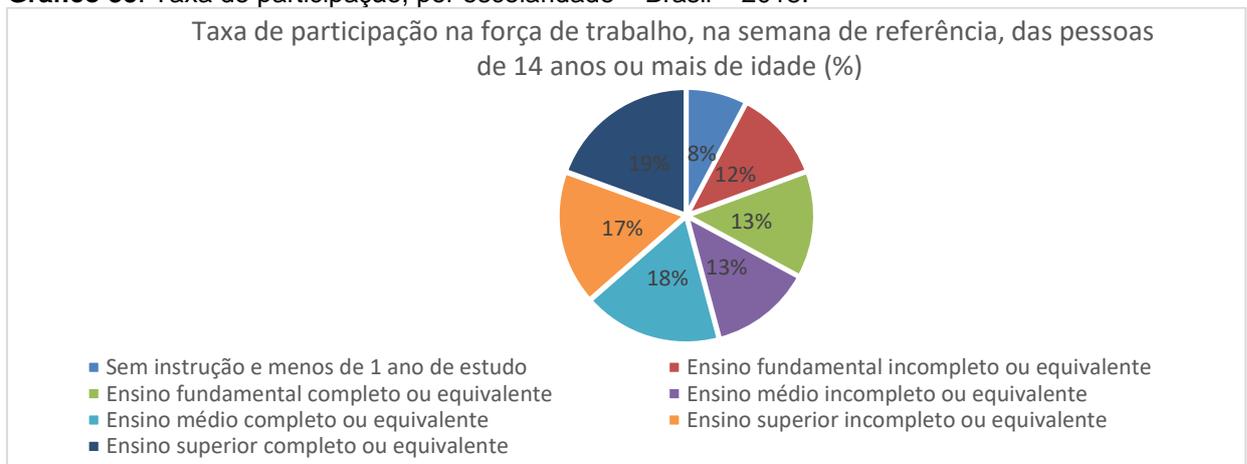
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Gráfico 34: Desocupados, por escolaridade – Brasil – 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Gráfico 35: Taxa de participação, por escolaridade – Brasil – 2018.

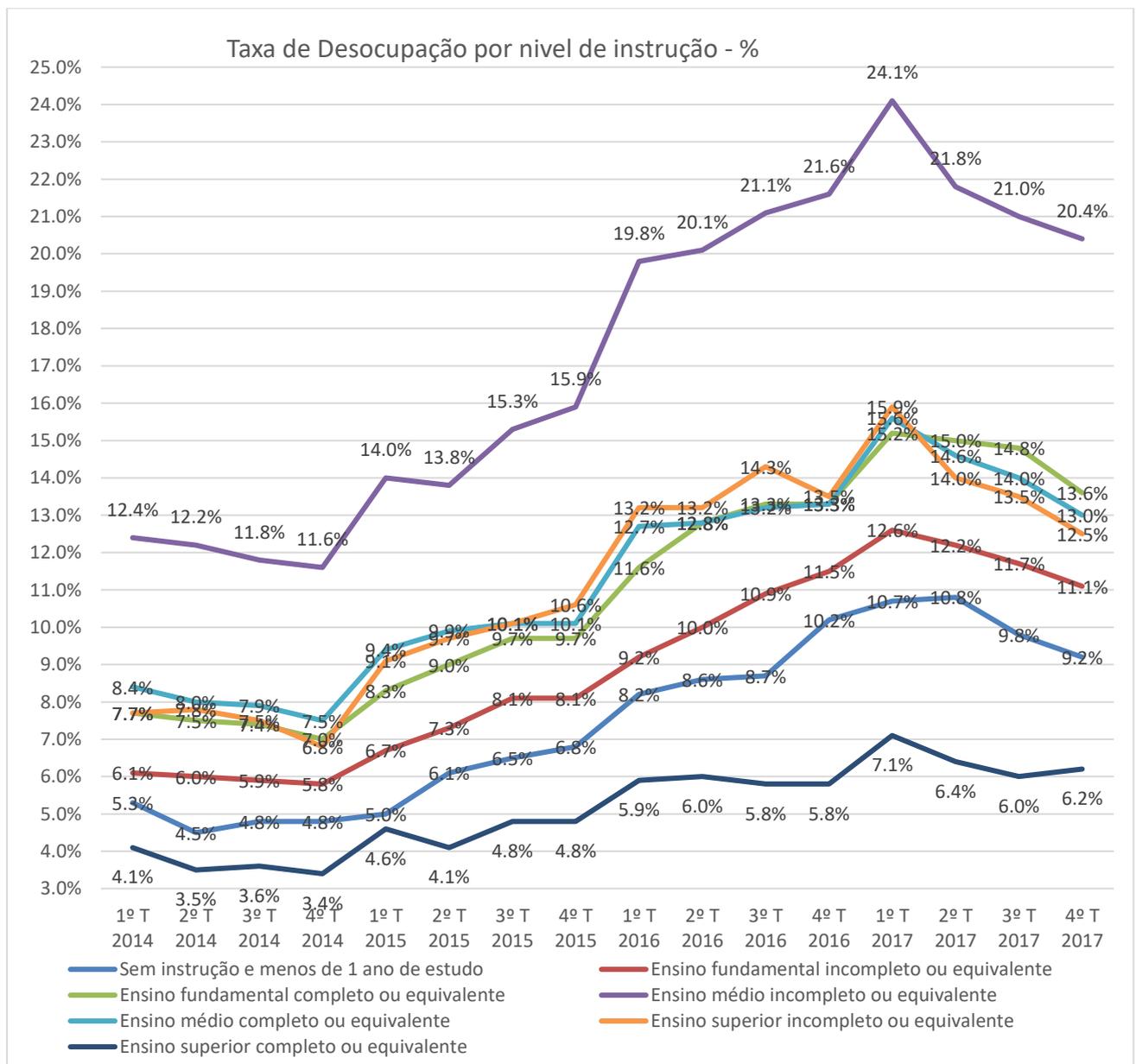


Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

A taxa de desocupação por nível de instrução foi proporcional à distribuição de pessoas desocupadas (os grupos com maior representatividade obtiveram as maiores

taxas e vice-versa). No período 2014-2017 a população Sem instrução e menos 1 ano de estudo foi a que mais variou no período (de 4,9% para 10,1%), logo após Ensino fundamental incompleto ou equivalente (de 6% para 11,9%), Ensino fundamental completo (7,4% para 14,7%), Ensino superior incompleto (7,5% para 14%), Ensino médio incompleto (12% para 21,8%), Ensino médio completo (8% para 14,3%) e a com menor variação foi a com Ensino superior completo (de 3,7% para 6,4%).

Gráfico 36: Evolução da taxa de desocupação por nível de instrução – Brasil – 2014/17

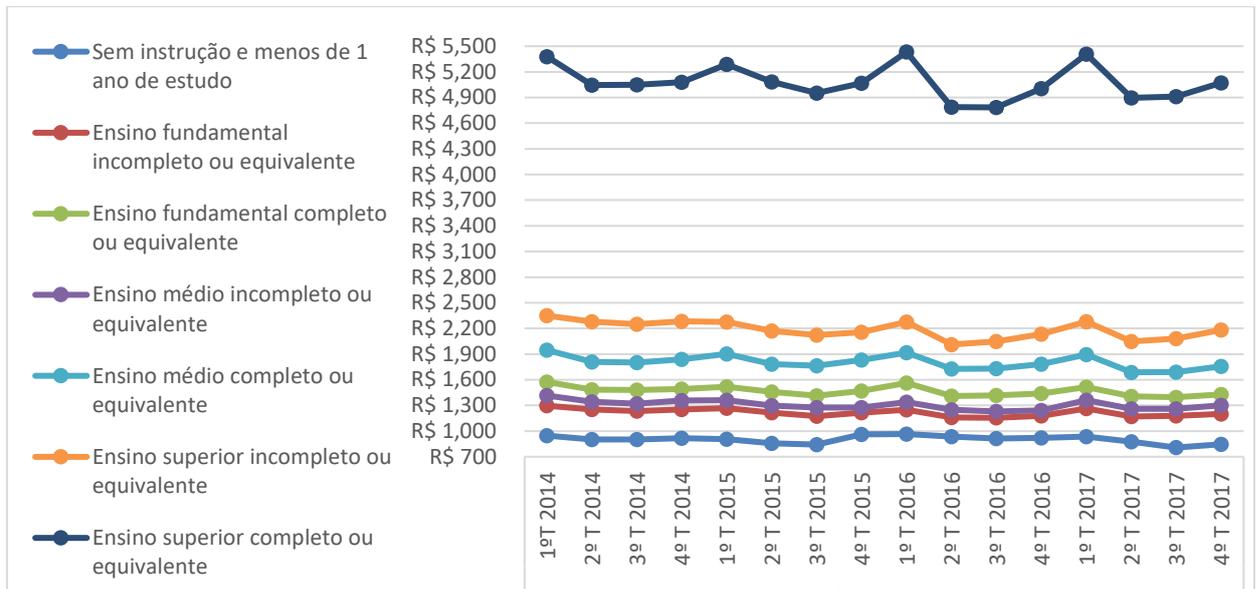


Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018.

Do terceiro trimestre de 2014 para o terceiro trimestre de 2017, o rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas

peças de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, reduziu para todos os níveis de instrução. A maior variação foi no grupo dos Sem instrução e menos de 1 ano de estudo (menor nível de instrução), uma diminuição de 7,6% (de R\$917,00 para R\$847,00), e a menor foi dos com Ensino superior completo ou equivalente (maior nível de instrução), com a queda de 0,2% (de R\$5079,00 para R\$5071,00). Todos os outros níveis entre o maior e o menor citados, tiveram uma redução na renda em torno de 4%.

Gráfico 37: Rendimento efetivo do trabalho principal em R\$, por escolaridade – Brasil 2014/17



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018

Figura 7: Rendimento, por escolaridade – Brasil – 2014/17

Nível de instrução	4º T 2014	4º T 2017	Var. %
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	917	847	-7,6%
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	1252	1201	-4,1%
Ensino fundamental completo ou equivalente	1492	1429	-4,2%
Ensino médio incompleto ou equivalente	1356	1301	-4,1%
Ensino médio completo ou equivalente	1837	1755	-4,5%
Ensino superior incompleto ou equivalente	2284	2184	-4,4%
Ensino superior completo ou equivalente	5079	5071	-0,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos examinados, pôde-se observar que o aumento de pessoas na força de trabalho foi maior que o aumento populacional, a ocupação diminuiu e a desocupação quase dobrou, saindo de 7,2% no primeiro trimestre de 2014 para 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Houve uma queda do setor formal e aumento do informal, onde os grupamentos de trabalho com carteira assinada recuaram, os sem carteira assinada expandiram e empregadores sem CNPJ cresceram muito mais que os com CNPJ (33% e 7% respectivamente). Foi observado que quanto mais baixa a classe de renda, maior a parcela da população na informalidade, as classes A, B e C reduziram sua taxa de informalidade no período e as D e E aumentaram. O comportamento da queda dos empregados (cerca de 70% da população ocupada) no mercado de trabalho foi de deslocamento para categorias de fácil entrada de mão de obra, como os trabalhadores domésticos e por conta própria. A Agricultura foi o setor com melhor desempenho no período e os da Indústria e Comércio foram os com pior evolução. Apesar da inflação ter sido elevada no período, a renda média real diminuiu, e apenas os grupos dos empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) e empregados no setor privado com carteira assinada, exclusive trabalhadores domésticos elevaram sua renda no período. Ficou evidente que há uma correlação inversa entre idade e desocupação, onde nas parcelas de menor faixa apresentam maiores níveis de desocupação e vice-versa. As mulheres, historicamente tem a taxa de desocupação maior que a dos homens, ainda que tenham maior escolaridade e tenham apresentado maior evolução da inserção no setor formal, ainda apresentam rendimentos médios menores. A taxa de desocupação foi maior para os Negros, seguido dos Pardos e Brancos, e o rendimento médio dos Brancos foi quase o dobro dos Negros e Pardos. A maior parcela da população se concentra no nível de escolaridade de ensino médio completo, e a taxa de desocupação foi proporcional ao tamanho desse grupo na população em idade ativa.

Por fim, propõe-se para trabalhos futuros a continuação das pesquisas e coleta de dados, com a combinação de recortes temporais, regionais e sociais que permitam ir mais a fundo no tema, servindo de instrumento para melhor direcionamento e ação de políticas públicas que promovam o maior desenvolvimento com redução da desigualdade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BOLETIM ESPECIAL DO OBSERVATÓRIO, Observatório Nacional do Mercado de Trabalho. **Participação feminina no mercado de trabalho**. Disponível em:<<http://obtrabalho.mte.gov.br/images/artigos/Boletim%20Especial%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em:11 out. 2018.

CARACTERÍSTICAS do mercado brasileiro de energia elétrica. 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16911/16911_3.PDF>. Acesso em: 05 set. 2018.

CEIC, DATA. **Indicadores**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/ilostatcp/CPDesktop/?list=true&lang=en&country=BRA>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CICLOS econômicos. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Macroeconomia**. São Paulo: Editora ATLAS, 2008. cap. 8, p.321 ciclos-econômicos.

IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 05 set. 2018.

INDICADORES IBGE PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA: **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2017**. 2018. Disponível em: <http://ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua_2012_2017/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2017.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

INDICADORES IBGE: **Algumas características da força de trabalho por cor ou raça.** 2017. Disponível em: <http://ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

OBSERVATÓRIO Nacional do Mercado de Trabalho: **Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho.** 2018. Disponível em: <<http://mercadodetrabalho.mte.gov.br/pentaho/api/repos/:public:SPPE:INDEX.xaction/generatedContent>>. Acesso em: 18 set. 2018.

RESULTADOS Mensais de 2018 **Síntese Metropolitana. 2018.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/mensalSINTMET.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SIDRA: **Banco de Tabelas e Estatísticas.** 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: 05 set. 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DECE - UPE
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



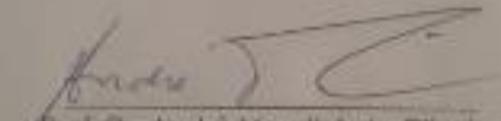
Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado:

"Impacto da Crise Econômica sobre Indústrias e
Empresas do Mercado de Trabalho em Recife no Período

2014-2017 de autoria do(o) aluno(a)

"Pedro Henrique Oliveira Passos"

foi aprovado sem recomendações de alteração pela
banca examinadora e que estou de acordo com a versão
final do trabalho.


Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira
Orientador

Mariana, 22 de dezembro de 2018.